

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



Pais Adoptivos: das Dificuldades à Adaptação

Maria Rita Peres Marques Pinhal

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



Pais Adoptivos: das Dificuldades à Adaptação

Maria Rita Peres Marques Pinhal

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso Davide

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2011

*“Quando vimos a nossa filha pela primeira vez (...)
aquele era o primeiro dia do resto da vida dela.”*

N.S. - Pai adotivo

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel pela paciência e acompanhamento.

À Patrícia porque apesar de não poder mudar
o início conturbado...mudou o fim.

À Sílvia por tudo o que já partilhámos...
e por tudo o que ainda nos espera.

À Filipa e à Inês...tão genuínas nas suas formas
tão diferentes de cuidar.

A toda a Família do Coração porque nos pertencemos...
para o que der e vier.

Ao Tiago pela nossa história, com tanto amor nos pormenores...

À minha prima Rita pelos laços de ternura inquebráveis
criados em momentos tão distintos...

Ao tio João pela sua bondade...sempre.

À minha avó...a minha estrela mais brilhante.

E aos meus queridos pais...por tudo...desde sempre...
tornando a minha vida tão melhor.

Resumo

O presente estudo pretende compreender e analisar as dificuldades geradoras de stress, ao nível da parentalidade adoptiva, que emergem da situação de adopção. Outro objectivo prende-se com a análise dos mecanismos de adaptação utilizados pela família adoptiva para a gestão do stress e recuperação do equilíbrio familiar, nomeadamente os recursos individuais, familiares e sociais; a percepção da situação; e as estratégias de *coping*. Com este propósito, recorreu-se a uma amostra composta por 14 casais adoptantes e 3 singulares, com idades entre os 35 e os 68 anos, que adoptaram uma ou duas crianças entre 2004 e 2007. A metodologia do estudo é qualitativa, tendo-se recorrido a entrevistas semi-estruturadas e posteriormente, procedeu-se à análise de conteúdo através do programa *QSR NVivo 8*. Os resultados obtidos revelaram que as dificuldades parentais mais proeminentes foram as dificuldades comportamentais e questões relacionadas com a adaptação à parentalidade. Relativamente aos recursos salientam-se o apoio recebido pela família alargada, amigos e técnicos especializados. As práticas parentais mais referenciadas foram o diálogo, negociação e a explicação.

Palavras-Chave: Parentalidade Adoptiva, Dificuldades Parentais, Mecanismos de Adaptação.

Abstract

The main purpose of this study is to understand and analyse stress difficulties related to adoptive parenthood and derived from the situation of adoption. A second aim of this study is to analyse the adaptation mechanisms/ resources the family utilizes in order to cope effectively with stress in order to restore family balance, such as individual, family and social resources; the perception of the situation; and the coping strategies. We conducted interviews with a selection of 14 couples and 3 single parent adopters, between the ages of 35 and 68, who had adopted one or two children between 2004 and 2007. The study methodology is qualitative, through semi-structured interviews and the content analyses were done with the software *QSR NVivo 8*. The results suggest that the main struggles that parents faced were related to behavioural issues related to adaptation to parenthood. support received from extended family, friends and technicians were considered the main resources available to adoptive parents. The main parenting practices referred by the parents were dialogue, negotiation and explanation.

Keywords: Adoptive Parenthood, Parental Difficulties, Adaptation Mechanisms

Índice

Introdução.....	1
1.Enquadramento teórico.....	2
1.1. Famílias adoptivas.....	2
1.1.1. Nova forma de família.....	2
1.2. Stress e Adopção.....	5
1.2.1. Adopção enquanto situação de Stress (situação não normativa).....	5
1.2.2. Modelo de stress... ..	7
1.2.2.1. Modelo de Stress ABCX Duplo.....	7
1.3.Mecanismos de Adaptação.....	10
2. Processo Metodológico.....	16
2.1. Enquadramento Metodológico.....	16
2.2. Desenho Metodológico.....	17
2.2.1. Questão inicial.....	17
2.2.2. Mapa conceptual.....	17
2.2.3. Objectivos.....	18
2.2.4. Questões de investigação.....	19
2.3. Estratégia Metodológica.....	19
2.3.1. Selecção e caracterização da amostra.....	20
2.3.2. Instrumentos utilizados na recolha de dados.....	21
2.3.3. Procedimentos de recolha de dados.....	22
2.3.4. Análise qualitativa de dados.....	22
3. Apresentação e discussão dos resultados.....	24
4. Conclusão.....	35
5. Referências Bibliográficas.....	40

Apêndices

Apêndice I – Exemplo de excerto codificado pelo *software Nvivo8*

Apêndice II – Tabela de categorias e subcategorias associadas às variáveis em estudo

Apêndice III – Análise Intra-casos

Índice de Figuras

Figura 1 –Mapa Conceptual

Introdução

“Um dos direitos da criança é o de nascer numa situação em que preferencialmente dois adultos, ou pelo menos um, se encontram emocionalmente envolvidos com ela de uma forma apaixonada” (Seabra Diniz, 2003, p.22). Neste sentido, a adopção pretende dar à criança a oportunidade de crescer no seio de uma família que deseja providenciar-lhe todos os cuidados que nunca lhe deviam ter sido negados e na qual a autenticidade dos laços de amor deve de ultrapassar as barreiras impostas pela carência de laços de sangue. Desta forma, a adopção como forma de constituir família é um projecto aliciante, com múltiplas gratificações, mas que não está, de modo algum, isento de enfrentar dificuldades. Assim, a parentalidade adoptiva encerra em si múltiplas dificuldades, derivadas de questões ditas “normais” com que todos os pais se deparam, mas também vicissitudes relacionadas com a situação de adopção (e.g., a revelação ou a procura da família de origem).

Assim sendo, o presente estudo¹ pretende investigar as principais dificuldades derivadas da parentalidade adoptiva que incutem stress na família, podendo originar situações de crise. Por outro lado, pretende-se também analisar os mecanismos de adaptação a que as famílias recorrem para promover a recuperação do equilíbrio familiar. Neste sentido, o presente trabalho inicia-se com uma revisão da literatura sobre os conceitos de famílias adoptivas; stress relacionado com a situação não-normativa que constitui a adopção; o modelo de stress ABCX Duplo (McCubbin & Patterson, 1983); e os mecanismos de adaptação, nomeadamente a percepção, as estratégias de coping nas quais se inserem as práticas educativas parentais. De seguida, apresenta-se o enquadramento, desenho e estratégia metodológicas do estudo. Os capítulos posteriores incidem sobre a apresentação e discussão dos resultados, e abordam ainda as principais

¹ A presente investigação insere-se no âmbito de um estudo mais vasto sobre Stress e Bem-Estar em Famílias Adoptivas, a decorrer presentemente num serviço público de adopção. Uma vez que o estudo se encontra, ainda em curso e por questões éticas, de anonimato e confidencialidade, não serão fornecidos dados que possam identificar os participantes.

conclusões derivadas do estudo.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Famílias Adoptivas

1.1.1. Nova forma de Família

A adopção é um processo que remonta para os primórdios da História da Humanidade e que com o decorrer do tempo tem desempenhado diferentes funções. Inicialmente, a adopção surge “(...) *como forma de resposta da sociedade às crianças privadas da sua família biológica, responsabilizando uma outra família pelo cumprimento das funções parentais*” (Salvaterra & Veríssimo, 2008, p.501). No entanto, esta visão modificou-se ao longo do tempo, sendo, actualmente, considerada uma forma de protecção da infância. A adopção permite assim um desenvolvimento adequado das capacidades e potencialidades das crianças (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004) que, de outra forma, podem ser prejudicadas se não encontrarem um ambiente familiar com qualidade nos primeiros anos de vida (Diniz, 1993, cit. por Ferreira *et al.*, 2004), dado que os pais biológicos não são capazes, não têm vontade ou estão legalmente proibidos de tomar conta da criança (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Assim, esta nova família contribui para a ruptura de um ciclo de abandono/rejeição/incapacidade e a constituição de vínculos afectivos seguros, estáveis e duradouros (Salvaterra & Veríssimo, 2008). O vínculo legal da adopção promove também um sentimento de pertença e irreversibilidade tanto para a criança como para o casal adoptante (Ferreira *et al.*, 2004).

Neste sentido, compreende-se que a adopção como forma de constituir uma família consista num processo complexo e peculiar, que diverge das outras formas de construção de uma família.

A parentalidade adoptiva encerra em si um processo multifacetado, estando

presentes diferentes características pessoais, familiares e motivacionais, tanto por parte dos adoptantes como por parte da criança. Esta alteração no ciclo vital da família, quer no caso de famílias biológicas quer no de famílias adoptivas, implica uma reformulação de um conjunto de papéis, funções e responsabilidades, a nível individual e conjugal (Alarcão, 2006; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Mais especificamente, no que concerne a chegada do primeiro filho, esta compele todos os casais a reorganizarem a sua estrutura e equilíbrio internos, envolvendo não só as representações individuais e a relação do casal (Santona & Zavattini, 2005) mas também causando mudanças profundas nas relações pessoais, familiares e sociais (e.g. Nickman, 2004 cit. por Santona & Zavattini, 2005).

Atendendo a estes diferentes factores, Belsky e colaboradores (1995, cit. por Santona & Zavattini, 2005) propuseram um modelo multifactorial de parentalidade, no qual a parentalidade não é vista apenas como uma qualidade individual mas como resultado de muitas causas: as características dos pais (e.g. história de vida e recursos pessoais); a relação do casal; as características da criança (personalidade, capacidades cognitivas, capacidade de regulação emocional, etc.); e o contexto social (visto como uma fonte de stress ou apoio, e.g. relações com a família alargada, disponibilidade dos Serviços de Acção Social).

Os pais adoptivos, contrariamente ao que acontece com os pais biológicos (desenvolvimento gradual da preparação psicológica para a parentalidade; Santona & Zavattini, 2005), enfrentam uma parentalidade que envolve dinâmicas específicas, iniciando um processo de adaptação mútua e construção de uma ligação afectiva com a criança que chega (Relvas & Alarcão, 2002) que, no caso das famílias biológicas, é dado por garantido (Hughes, 1999). Cumulativamente, alguns casais adoptivos deparam-se com diversas situações não normativas, como por exemplo, procedimentos

médicos intrusivos sucessivos para superar uma possível situação de infertilidade (Pryor, 2004); procedimentos de avaliação complexos e morosos no processo legal de adopção; extensos períodos de espera até à adopção efectiva e; tarefas parentais adicionais (Santona & Zavattini, 2005). A forma como lidam com todas as informações relativas à história de vida da criança, incluindo as que desconheciam e com as quais se deparam no quotidiano; e a compreensão das necessidades físicas e psicológicas, em particular a dor relacionada com o trauma do abandono, são exemplos dessas tarefas adicionais (Santona & Zavattini, 2005).

Assim, ao invés de se depararem com período pré-natal exacto e definido, as famílias adoptivas enfrentam um período de tempo não limitado, o que dificulta o envolvimento e preparação para a nova fase que se inicia, podendo gerar momentos de stress, ansiedade e angústia (e.g., Relvas & Alarcão, 2002). Por outro lado, no decorrer deste período de espera, é inevitável que os casais adoptantes elaborem expectativas que vão exercer um papel preponderante no funcionamento parental e que têm um impacto significativo no processo de ajustamento da adopção (Reilly & Platz, 2003; cit. por Keagy & Rall, 2007)

Numa fase posterior, existem desafios inerentes à parentalidade adoptiva, nomeadamente a revelação e discussão da adopção com o filho; a comunicação de informações e a gestão da curiosidade da criança sobre a sua família de origem; o apoio relativamente ao sentimento de perda relacionado com a adopção, sentido pela criança; a promoção de uma auto-imagem positiva e identidade do filho em relação à adopção; e a forma de lidar com os seus planos de procura da família biológica (Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998, cit. por Salvaterra & Veríssimo, 2008). Neste sentido, a parentalidade pode inconscientemente assumir uma função “reparadora” ou, por outro lado, uma tentativa de curar aspectos não resolvidos ou de luto da história pessoal do

indivíduo (Zavattini, 1999, cit. por Santona & Zavattini, 2005).

De acordo com a literatura existente sobre pais adoptivos, estes apresentam, frequentemente, um estatuto sócio-económico mais elevado, são casais mais velhos, com um casamento mais prolongado e uma relação mais forte, associada à partilha de preocupações em relação à infertilidade (Pryor, 2004). Quanto aos longos períodos de espera que os pais enfrentam até à chegada da criança, apesar de alguns estudos salientarem os seus efeitos negativos, há autores (e.g., Hoghughi & Long, 2004; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006) que consideram esse período essencial na preparação para serem pais, uma vez que a decisão de o fazerem é, por definição, deliberada.

Quanto aos estudos sobre a criança, as investigações salientam que, quanto menor a idade da criança na altura da adopção, melhor será a sua adaptação à família adoptiva (Pryor, 2004). Por outro lado, uma institucionalização prolongada, uma história prévia de conflitos graves e a presença de problemas de comportamento graves são identificados como factores de risco à adaptação da criança ao seu novo lar (Palacios, 2000).

1.2. Stress e Adopção

1.2.1. Adopção enquanto situação de Stress (situação não normativa)

Após a chegada da criança ao seio familiar, os estudos revelam que cada uma das três partes que constituem o triângulo da adopção (os pais biológicos, os pais adoptivos e a criança adoptada; Brodzinsky, 1990) continua a revelar níveis de stress significativos ao lidar com assuntos relacionados com a adopção (e.g. Lifton, 1979, cit. por Brodzinsky, 1990).

Por um lado, apesar dos pais adoptivos enfrentarem desafios semelhantes aos

encontrados por pais não adoptivos, também têm de lidar com tarefas suplementares, já supra mencionadas, únicas do processo de adopção (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006), que são definidas por Bird, Peterson e Miller (2002, cit. por Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006) como sendo fonte de problemas ou conflitos mais duradores e recorrentes no seu quotidiano e que podem resultar num aumento do nível de stress percepcionado.

Por outro lado, a adopção constitui para a criança uma perda, gerando stress e aumentando a sua vulnerabilidade para problemas emocionais e comportamentais (Brodzinsky, 1987). De acordo com este pressuposto, *“ser adoptado implica ter sido aceite numa família na qual vive mas também que foi rejeitado por uma outra família na qual nasceu”* (Salvaterra & Veríssimo, 2008, p.508).

Assim, a parentalidade adoptiva, por constituir um processo altamente complexo e desafiante, pode submeter todos os membros do sistema a níveis de stress consideráveis, confluindo num estado de tensão que exige a integração e adaptação de novas estratégias de *coping* para lidar com estas exigências (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991), podendo ser frutíferas, ou não, na gestão desse estado de stress (Brodzinsky, 1990).

McGlone, Santos, Kazama, Fong e Mueller (2002, cit. por Keagy, & Rall, 2007) identificaram cinco categorias de stress, relativas às situações de adopção: interações pais-filhos; coesão familiar; ajustamento parental; assuntos relacionados com o Serviço de Adopção e; características da criança, sendo as últimas consideradas o factor de maior stress. Outros estudos (e.g. Bird *et al.*, 2002, cit. por Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006) salientam que a adopção de mais do que uma criança e a experiência da criança prévia à adopção, nomeadamente uma institucionalização prolongada (e.g. Mainemer *et al.*, 1998, cit. por Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006), podem contribuir

para o stress na família adoptiva.

No entanto, é de salientar que o stress não implica necessariamente problemas, perturbações ou desajustamento, sendo uma parte integrante da experiência de parentalidade para todas as famílias. Portanto, segundo Palacios e Sánchez-Sandoval (2006), as famílias adoptivas devem ser consideradas normais e não patológicas ou fonte de problemas, uma vez que o nível de stress familiar é semelhante ao de famílias não adoptivas. Existe, pois, uma influência positiva até determinado ponto a partir do qual o stress começa a ser disruptivo (Abidin, 1992, cit. por Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006). Deste modo, se o stress for experienciado dentro de determinada amplitude que não o torne negativo ou disruptivo, poderá constituir uma fonte de estimulação e uma oportunidade de crescimento (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006).

Por outro lado, existem dificuldades que se podem acentuar ao longo de todo o processo de construção da parentalidade adoptiva e que são geradoras de stress, nomeadamente a incompreensão da adopção pela família alargada (Foli & Thompson, 2006); as expectativas sobre o desenvolvimento psicológico dos seus filhos, mas também certos receios relacionados com questões particulares da adopção (por ex., a revelação); e as crenças individuais dos pais (Barajas, Fuentes, González, Linero, De la Morena, Goicoechea, Quintana, & Fernández-Molina, 2006). Por exemplo, alguns pais adoptivos, especialmente quando os filhos apresentam comportamentos problemáticos, mostram-se preocupados com a possibilidade de que estes problemas, seja qual for a sua origem, possam persistir no futuro e não ter solução (Barajas *et al.*, 2006).

1.2.2. Modelo de Stress

1.2.2.1. Modelo de Stress ABCX Duplo

O modelo que constitui o alicerce teórico do presente estudo, consiste na

adaptação de Narciso (não publicado) do Modelo de Stress ABCX Duplo, de McCubbin & Patterson (1983), que considera a existência de três fases quando se analisa o stress familiar. A primeira etapa, denominada de pré-crise é caracterizada por uma elevada vulnerabilidade que resulta da interacção de diferentes factores, nomeadamente os factores stressores (a), os recursos existentes (b) e a percepção dos factores stressores e recursos existentes para lidar com a situação (c). Posteriormente, a crise (X) corresponde ao momento de crise/stress familiar. Por último, a fase após a crise integra os mesmos factores existentes na primeira fase, mas inclui as variáveis referentes às estratégias de *coping* e adaptação que resultam das alterações que ocorrem no sistema familiar.

Neste estudo, preconiza-se como factor central de stress a situação de adopção. Para além deste factor, à luz do modelo de compreensão sistémica de stress, vão-se somando outro tipo de factores de stress, especificamente os que decorrem e os que são concomitantes relativamente ao factor central que, em conjunto e interactivamente, têm impacto na unidade familiar, dado que potenciam a mudança no sistema familiar (McCubbin & Patterson, 1983) em vários domínios (limites, objectivos, padrões de interacção ou valores).

Logo, o modelo a que se recorre no presente estudo considera que o estado de stress e a crise advêm da dinâmica entre diferentes variáveis, designadamente, os factores de stress, tanto decorrentes, neste caso, da situação de adopção como concomitantes à mesma, e os mecanismos de adaptação.

O estado de stress que o sistema familiar enfrenta é, então, definido como o estado que emerge do desequilíbrio percebido entre uma exigência (e.g., desafio, ameaça) e uma capacidade (e.g., recursos, estratégias de *coping*), reflectindo-se no funcionamento da família (Cowan, & Hetherington, 1991). Neste sentido, entende-se

que os recursos que a família possui, i.e., as condições e características individuais, familiares, sociais, económicas, promovem a capacidade da família para superar o estado de stress e/ou a crise (Burr & Klein, 1994). Por exemplo, como já foi referido, os pais adoptivos tendem a possuir um estatuto sócio-económico mais elevado, apresentando, assim, mais recursos financeiros e materiais que os pais biológicos (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Cumulativamente, o ambiente familiar dos lares adoptivos tende a ser caracterizado por maior segurança, estabilidade e estimulação do que o ambiente que frequentemente caracteriza as famílias de origem (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Os estudos indicam também que os recursos emocionais e psicológicos providenciados pela rede social da família permitem aos diferentes membros evitar certos stressores e lidar melhor com o stress (Vangelisti, 2009). Constituem ainda um importante contributo para o aumento da auto-estima e o sentimento de eficácia parental, sentindo-se os pais mais capazes de exercer a parentalidade e todas as contingências que dela advêm (Feigelman & Silverman cit. por Relvas & Alarcão, 2002). Também os estilos de comunicação familiar abertos e apoiantes, constituem recursos fundamentais, dado que promovem visões mais positivas do *self* (e.g., Ryan, 1993, cit. por Bohanek, Marin, Fivush & Duke, 2006), maior auto-estima (e.g., Blake & Slate, 1993, cit. por Bohanek *et al.*, 2006) e um sentimento de maior auto-eficácia (Bohanek *et al.*, 2006).

No que concerne os mecanismos de adaptação, preconiza-se uma relação interactiva entre os recursos (individuais, familiares/conjugais e sociais), a percepção e as estratégias de *coping*. Deste modo, a crise ocorre quando os mecanismos de adaptação são insuficientes, inexistentes, ou não adaptativos para a gestão do estado de stress, levando à manutenção ou ao aumento dos factores de stress.

Por outro lado, o estado de stress e/ou a crise podem conduzir a uma maior eficácia dos mecanismos de adaptação, por exemplo, através do recurso de apoio técnico, que levam à recuperação e, conseqüentemente, à redução ou extinção do estado de stress.

1.3. Mecanismos de Adaptação

Percepção

O impacto de um acontecimento stressor no nível geral de stress da família é também moderado pela definição ou significado que a família atribui ao acontecimento em questão (McKenry & Price, 2005). As famílias desenvolvem crenças partilhadas que abrangem valores, atitudes e assumpções, influenciadas pelas suas experiências no mundo social (e.g., Dallos, 1991, cit. por Walsh, 1998) e que permitem aos membros da família dar sentido às situações de crise, resultando num conjunto de premissas que despoletam respostas emocionais, decisões e guiam acções (Walsh, 1998).

Neste sentido, as definições subjectivas, atribuídas ao acontecimento variam, desde perceber as circunstâncias como desafiantes, criando uma oportunidade de crescimento, até ao pólo oposto em que se percebem as situações como demasiado complexas e de difícil gestão (McCubbin & Patterson, 1983). As avaliações cognitivas dos indivíduos sobre os acontecimentos de vida influenciam fortemente as suas respostas comportamentais, ou seja, na determinação da resposta do indivíduo ou da família ao acontecimento (Boss, 2002).

As famílias que são capazes de redefinir e reenquadrar o acontecimento stressor de forma mais positiva, parecem ter melhores capacidades para se adaptarem a esse factor (McKenry & Price, 2005). Ao redefinirem o stress, as famílias são mais capazes de: clarificar assuntos, dificuldades e tarefas para as tornar mais fáceis de gerir; diminuir

a intensidade das cargas emocionais associadas aos stressores; e encorajar a unidade familiar a prosseguir com as suas tarefas fundamentais da promoção do desenvolvimento social e emocional de cada um dos membros da família (McCubbin & Patterson, 1983).

Estratégias de Coping

A adaptação do sistema familiar à adopção, tanto a curto como a longo prazo, é mediada por vários processos de avaliação cognitiva e esforços de *coping*.

Para a criança, essa avaliação cognitiva engloba a interpretação do significado do que é ser adoptado (incluindo o seu potencial como factor de stress), mas também a avaliação subjectiva das opções disponíveis à criança para lidar com os conflitos, exigências e desafios que fazem parte da experiência de adopção (Brodzinsky, 1990).

Os esforços de *coping* incluem diversas estratégias que são activadas em resposta ao stress percebido e que têm duas funções principais: regular as emoções ou stress (e.g. estratégias de negação, evitamento, culpabilização, etc.) e gerir os problemas que o stress causa (e.g. acções instrumentais, negociação; Lazarus & Folkman, 1984). Assim, o *coping* representa “*os esforços cognitivos e comportamentais, constantemente em mudança, para lidar com determinadas exigências externas e/ou internas que são avaliadas como estando para além dos recursos que a pessoa possui no momento*” (Lazarus & Folkman, 1984, p. 141). Logo, o *coping* é visto como um processo que pode ou facilitar ou impedir resultados de adaptação frutíferos.

Neste sentido, a abordagem de Lazarus e Folkman (1984) considera não apenas a interacção de estímulos e componentes de resposta ao stress mas também engloba processos de avaliação cognitiva, estilos de *coping* e mecanismos de defesa, influenciados por diversas variáveis individuais e contextuais. Esta perspectiva enfatiza também o papel das estratégias de *coping* na mediação dos resultados referentes à

adaptação e ao bem-estar físico e psicológico (Lazarus & Folkman, 1984) e na minimização de reacções emocionais aversivas ao stress e/ou circunstâncias objectivas que causam stress (Cutrona & Russell, 1990).

A existência de recursos e percepções consideradas adaptativas perante dada situação de stress, bem como a activação de estratégias adequadas de *coping* são essenciais para lidar de um modo construtivo com a situação de stress, contribuindo para o reequilíbrio do sistema familiar (Narciso, não publicado). Neste sentido, os recursos familiares, nomeadamente, o clima relacional familiar, a satisfação conjugal, a qualidade da comunicação, a qualidade das relações parentais, e os estilos educativos são extremamente necessários para a recuperação do equilíbrio em famílias adoptivas. De outra forma, se não existe um ajustamento eficaz destes diversos agentes, a probabilidade da família entrar em crise aumenta, o que pode levar, concomitantemente, ao acréscimo de factores de stress adicionais.

No que concerne às crianças adoptadas, a investigação desenvolvida por Juffer, Bakermans-Kranenburg e Van Ijzendoorn (2005) revelou que a maioria desenvolve estratégias adequadas para lidar com o stress decorrente de separações, doenças e outros acontecimentos ameaçadores.

No presente trabalho, destacaremos os estilos parentais como recurso fundamental para lidar com o stress em famílias adoptivas.

Práticas Educativas Parentais

A transição para a parentalidade envolve o estabelecimento de regras parentais e a criação de novas regras de funcionamento da nova família (Relvas & Alarcão, 2002).

Deste modo, a parentalidade, quer biológica quer adoptiva, assenta em dois elementos fundamentais: as práticas e os estilos parentais (Darling & Steinberg, 1993),

que desempenham um importante papel na adaptação e socialização dos filhos ao seu meio envolvente (Relvas & Alarcão, 2002) e podem ser altamente influenciados pela forma como os próprios pais foram educados (Foli & Thompson, 2006).

Os estilos parentais abarcam o conjunto de atitudes parentais transmitidas à criança, expressas através das práticas educativas e outras vertentes do comportamento parental. Por seu lado, as práticas parentais dizem respeito a comportamentos parentais específicos que visam o desempenho efectivo do papel de pai (Darling & Steinberg, 1993). Portanto, os estilos parentais transmitem à criança a atitude dos pais em relação a ela e não em relação ao seu comportamento, enquanto que as práticas parentais são dirigidas a comportamentos específicos, através dos quais os pais cumprem os seus deveres parentais. Em suma, pode-se considerar que os estilos parentais correspondem a variáveis do contexto familiar que produzem impacto na eficácia de práticas educativas parentais mais concretas (Pereira, 2007) e, para Palácios (2000), definem-se em função da forma como se combinam, por um lado, as dimensões afecto e comunicação e, por outro, as de disciplina e controlo.

O estudo pioneiro desenvolvido por Baumrind (1971, cit. por Pereira, 2007), classificou os estilos parentais em três tipos: Estilo Autoritário, Estilo Autoritativo e Estilo Permissivo.

O Estilo Autoritário é caracterizado pela utilização de menos métodos de controlo racional e menos afecto para com as crianças, e a procura de obediência absoluta com recurso à punição física. As crianças não são encorajadas a expressarem o que sentem ou pensam, devendo aceitar a palavra dos pais como certa e absoluta (Baumrind, 1971, cit. por Pereira, 2007).

Por sua vez, o Estilo Autoritativo distingue-se pelo encorajamento de troca de ideias e partilha do propósito das regras impostas pelos pais. Verifica-se a valorização

da vontade própria da criança e a sua procura de autonomia. Os pais que se enquadram neste estilo fazem prevalecer a sua perspectiva enquanto adultos mantendo um controlo firme e consistente quando surgem discordâncias, embora reconheçam os desejos e características específicas das crianças. Reforçam também as qualidades dos filhos, expressando, porém, as suas expectativas em relação ao futuro. Cumulativamente, demonstram maior afectividade e responsividade cognitiva havendo, contudo, manipulação dos reforços e punições com o objectivo de alcançarem as respostas desejadas por parte da criança (Baumrind, 1971, cit. por Pereira, 2007).

Por último, o Estilo Permissivo manifesta-se através de um menor controlo e maior promoção da autonomia. Os pais permissivos não recorrem à punição e tentam comportar-se de um modo positivo e aceitante. Não se consideram um agente activo no processo de educação da criança mas sim um recurso que a criança dispõe quando necessita. Neste sentido, os pais evitam exercer controlo, permitindo às crianças a regulação das suas necessidades e emoções, dando-lhes a maior liberdade possível (Baumrind, 1971, cit. por Pereira, 2007).

De entre estes diferentes estilos, segundo os poucos estudos existentes (e.g., Solomon & Poirier, 2006), o estilo parental mais prevalente em pais adoptantes é o autoritativo e é o que mais favorece o desenvolvimento adequado da criança (Baumrind, 1971, cit. por Pereira, 2007). Neste sentido, a discussão de situações que ocorrem no seio da família adoptiva, por exemplo, quando acontecimentos aversivos ocorrem, é importante para que as crianças aprendam a compreender e regular as emoções (e.g. Denham, 1998 cit. por Marin, Bohanek, & Fivush, 2008). Esta capacidade de regulação das emoções, nomeadamente as aversivas, e de lidar com as situações de forma eficaz é um importante conjunto de competências, que parece ser facilitado pela discussão parental das experiências emocionais negativas (Marin *et al.*, 2008).

Paralelamente, outro estudo (Palacios, 2000) indicou que existe uma maior tendência para a disciplina rigorosa e uma menor expressão de afectos, ou seja, um estilo autoritário, quanto maior for a existência de problemas (e.g., problemas de conduta) da criança.

Quanto às estratégias de controlo comportamental, estas pretendem a mudança do comportamento da criança e distinguem-se em: estratégias coercivas e estratégias indutivas. As primeiras estão, frequentemente, associadas a um estilo parental autoritário e correspondem a práticas que recorrem à aplicação directa do poder parental (e.g., punição física, retirada de privilégios), levando a criança a adaptar o seu comportamento face às reacções punitivas dos pais (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003). Por seu lado, as estratégias indutivas pretendem que a criança colabore e obedeça voluntariamente, reflectindo sobre o seu comportamento e entendendo as consequências das suas acções, para si própria e para os outros. Estas estratégias envolvem também a explicação de princípios e regras, procurando validar as emoções da criança.

Em suma, as investigações indicam que recorrer apenas a estratégias coercivas tem um impacto negativo no desenvolvimento da criança, em oposição ao recurso a estratégias indutivas. Contudo, a conjugação de uma explicação relativa ao comportamento com estratégias coercivas, minimiza o impacto negativo das mesmas (Cecconello *et al.*, 2003).

2. PROCESSO METODOLÓGICO

2.1. Enquadramento Metodológico

O presente estudo, enquadra-se no Paradigma Pós-Positivista, que deriva de uma perspectiva empírica, compreendendo a realidade de forma objectiva, através da utilização de metodologia qualitativa.

A investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais (Flick, 2005), uma vez que é pragmática, interpretativa e baseada nas experiências de vida das pessoas (Marshall, & Rossman, 1999). Rossman e Rallis (1998, cit. por Marshall, & Rossman, 1999) salientam ainda que a investigação qualitativa é naturalística, respeitando a unicidade das pessoas envolvidas no estudo.

Em oposição aos investigadores que optam por métodos objectivos e quantitativos, codificando o mundo social em variáveis operacionais e destruindo assim dados valiosos, os investigadores que adoptam por abordagens qualitativas pretendem ter uma visão social do mundo como holístico e derivar raciocínios complexos movendo-se dialecticamente entre deduções e induções. Neste sentido, o tipo de investigação qualitativa considera central focalizar-se no contexto e nos sistemas de crenças dos indivíduos, bem como nas suas experiências, comportamentos e emoções (Marshall, & Rossman, 1999). Portanto, a abordagem qualitativa centra-se no reconhecimento da complexidade e das experiências de vida de cada um dos participantes do estudo, salientando a importância da compreensão do quadro de referência de cada pessoa.

2.2. Desenho Metodológico

2.2.1. Questão Inicial

Tendo em conta o stress gerado por uma situação de adopção parece pertinente compreender e explorar, no presente estudo, a seguinte questão: **“quais as principais dificuldades geradoras de stress que se colocam ao nível da parentalidade e como são geridas de modo a conduzir a uma recuperação do equilíbrio?”**

2.2.2. Mapa Conceptual

O mapa conceptual pretende ser uma representação gráfica das diversas variáveis e constructos estudados, de modo a explicitar de forma integrativa a relação entre os mesmos, auxiliando o investigador no caminho de intelectualização e interpretação dos dados obtidos (Narciso, 2001).

A figura seguinte (Figura 1) tem como principal finalidade representar e contextualizar os principais constructos que influenciam o Estado de Stress na parentalidade adoptiva, a estudar na presente investigação.

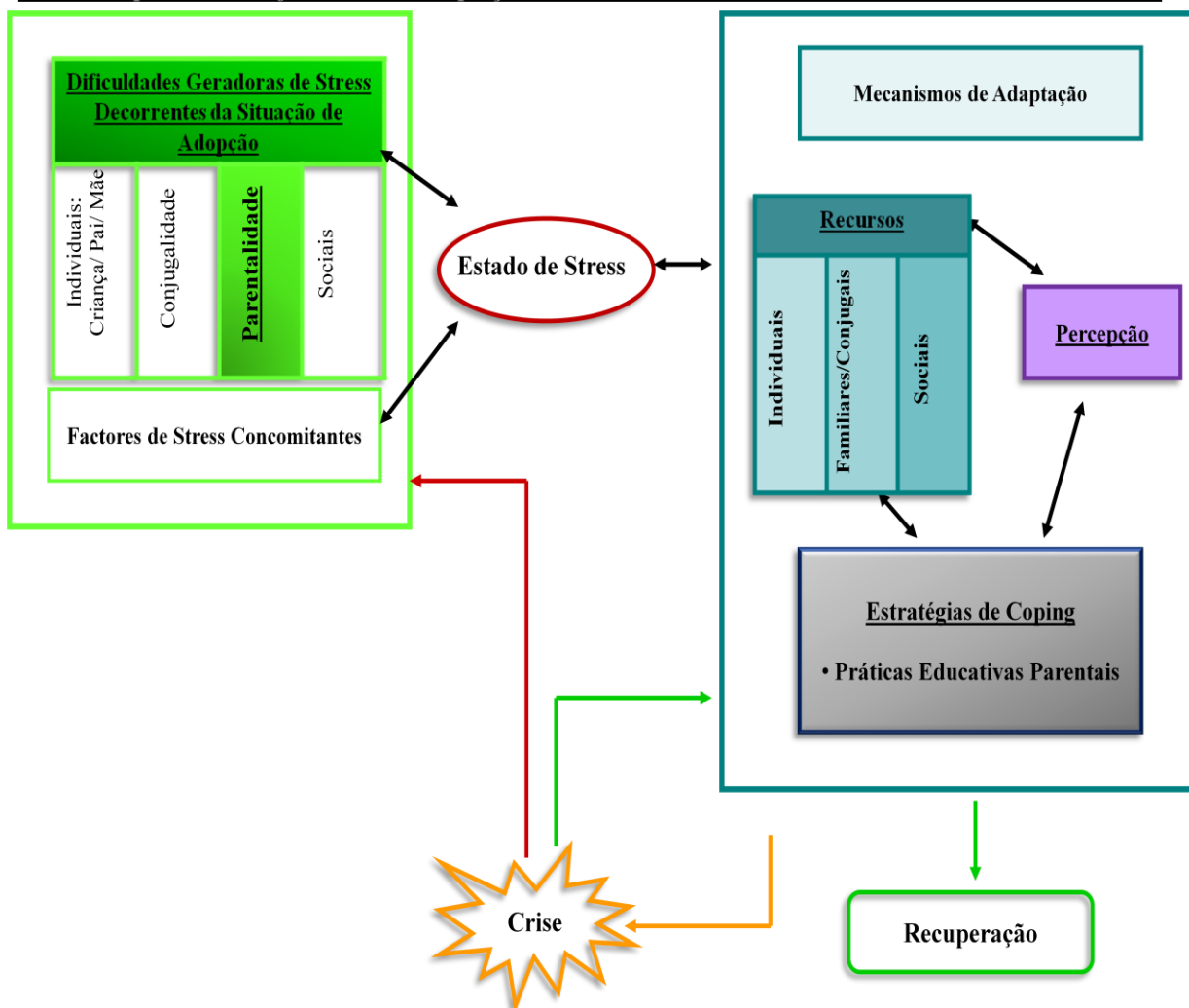


Figura 1 – Mapa Conceptual.

2.2.3. Objectivos

O presente estudo pretende identificar e analisar as principais dificuldades geradoras de stress com que se deparam os casais adoptantes e consequentes mecanismos de adaptação a que recorrem para a gestão do estado de stress. Deste modo distinguem-se os seguintes objectivos específicos:

1. Analisar as principais dificuldades geradoras de stress decorrentes da parentalidade adoptiva.

2. Analisar os mecanismos de adaptação essenciais para a recuperação do equilíbrio familiar numa situação de parentalidade adoptiva especificamente os recursos individuais, familiares e sociais; a percepção da situação; e as estratégias.

2.2.4. Questões de Investigação

Tendo em conta os objectivos supra-referidos estabeleceram-se as seguintes questões de investigação:

1. Quais as dificuldades parentais mais proeminentes na adaptação à parentalidade adoptiva?
2. Quais os principais recursos individuais que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?
3. Quais os principais recursos familiares que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?
4. Quais os principais recursos sociais que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?
5. Como é percebida a situação de adopção bem como os factores de stress que lhe são inerentes?
6. Quais são as principais práticas educativas parentais, consideradas estratégias de coping, utilizadas pelos pais adoptivos?

2.3. Estratégia Metodológica

A investigação qualitativa *“providencia um meio para examinar um fenómeno interactivo complexo e situações ou processos que ocorrem ao longo do tempo”* (Daly, 2007, p.175).

Na presente dissertação, recorreu-se à metodologia qualitativa como meio de

recolha e análise de dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, metodologia esta que se baseia na experiência dos participantes, enfatizando processos e não resultados (Marshall & Rossman, 1999).

2.3.1. Seleção e Caracterização da Amostra

A presente investigação consiste num estudo de casos, i.e., um estudo simultâneo de vários casos, mais concretamente casais adoptantes, focando-se nos dados provenientes das entrevistas realizadas com os mesmos. O estudo de casos debruça-se particularmente sobre a observação ou entrevistas como método de recolha de dados, focando-se em detalhes relacionados com um fenómeno específico de estudo (Marshall & Rossman, 1999).

Segundo Daly (2007), para nos ajudar a chegar até determinada população-alvo, que corresponde ao objecto de estudo, podemos recorrer a serviços ou grupos de apoio na qual essa população está inserida. Assim, uma das principais razões para recorrer a uma amostra de conveniência é permitir o acesso a indivíduos com características específicas.

No presente trabalho, que tem como principal objectivo compreender e analisar as dificuldades geradoras de stress emergentes da situação de adopção, requisitou-se a colaboração, especificamente, de casais adoptantes através de um serviço público de adopção.

Assim, a amostra do presente estudo consiste numa amostra de conveniência, constituída por 14 casais adoptantes e três adoptantes singulares, perfazendo um total de 31 participantes, que adoptaram 19 crianças (tendo sido adoptadas: uma em 2000, cinco em 2004, duas em 2006 e onze em 2007). Dois casais adoptaram duas crianças e os restantes (casais e singulares) adoptaram uma. De entre os casais participantes, seis

deles têm filhos biológicos: um casal tem quatro filhos e os restantes têm apenas um filho. Todos os participantes do estudo têm escolaridade ao nível do Ensino Superior.

Os participantes tinham idades entre os 35 e 68 anos, sendo a média de idades de 45 anos. No que diz respeito aos anos de casamento, dos 14 casais, apenas 10 forneceram esta informação, tendo a média dos anos de casamento sido 14,5 anos. O casamento mais longo, à data da entrevista, era de 21 anos e o menos longo era de 8 anos.

A média de idades das crianças, na adopção, foi de 2,86 anos, sendo que a idade da criança adoptada mais cedo foi de 3 meses e da criança adoptada mais tarde foi de 6 anos. Aquando da entrevista, a média de idades das crianças foi de 6,74 anos, tendo a mais nova 3 anos e a mais velha 11 anos.

2.3.2. Instrumentos Utilizados na Recolha de Dados

No presente estudo, recorreu-se à metodologia qualitativa, nomeadamente através da recolha de dados por entrevista semi-estruturada, com subsequente análise de conteúdo, através do programa *QSR NVivo 8*.

A entrevista semi-estruturada consiste numa entrevista conduzida através de um guião previamente elaborado, de modo a facilitar a obtenção de informação específica necessária para o estudo, promovendo a cooperação do sujeito mas não sugerindo ou induzindo as suas respostas (Doron & Parot, 2001).

Neste sentido, o guião elaborado incidiu sobre diversos temas, tendo sido seleccionados para aprofundar nesta investigação os seguintes grandes blocos, de acordo com os objectivos estabelecidos para o estudo: tipo de dificuldades parentais com que se deparam os casais adoptantes, atribuições feitas às mesmas, recursos extra e intra-familiares utilizados, práticas educativas, impacto da adopção na conjugalidade e

impacto na vida do adoptante.

2.3.3. Procedimento de Recolha de Dados

Os contactos estabelecidos com os participantes decorreram, inicialmente, através do serviço público de adopção, no qual se insere a presente investigação, de modo a averiguar a receptividade e disponibilidade para a participação no estudo. Os participantes voluntariaram-se a cooperar com o estudo, após a explicitação dos objectivos da investigação e garantido o anonimato e confidencialidade de todos os dados. Posteriormente, os participantes foram contactados telefonicamente a fim de estabelecer uma data e local para a realização da entrevista semi-estruturada.

As entrevistas realizaram-se presencialmente numa sala da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa ou no local de residência dos adoptantes, tendo sido conduzidas pelo investigador responsável. Cada uma das entrevistas teve a duração aproximada de duas horas e os participantes deram o seu consentimento para a gravação áudio, de modo a facilitar a etapa posterior de transcrição da entrevista e subsequente interpretação e análise de dados.

2.3.4. Análise Qualitativa de Dados

Após a transcrição das entrevistas, seguiu-se a sua importação para o programa *QSR Nvivo8*, software específico de análise qualitativa de dados.

Este programa possibilita ao investigador organizar e categorizar numerosos conjuntos de informações, procurando palavras, frases ou expressões que são consideradas pelos investigadores como relevantes para o objectivo da investigação. As contagens são analisadas estatisticamente para providenciar sumários de conteúdo e para análises comparativas (Tashakkori & Teddlie, 2003). Deste modo, a análise de

dados inicia-se com a distribuição da informação por “categorias-mãe”, i.e., categorias a serem usadas na análise primeiramente derivadas indutivamente do material (Marying, 2000), e que correspondem aos blocos temáticos delineados no guião da entrevista.

Os dados a sujeitar a uma análise de conteúdo podem ser de origem e de natureza diversas (Esteves, 2006). De acordo com a tipologia de dados sugerida por Van der Maren (1995, cit. por Esteves, 2006), os dados recolhidos em entrevistas semi-estruturadas correspondem a “dados suscitados” pelo investigador.

Neste sentido, a análise de conteúdo é “uma técnica sistemática e replicável para comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras explícitas de codificação” (Stemler, 2001, cit. por Esteves, 2006). Pressupõe-se, portanto, que uma das principais características da análise de conteúdo seja a de lidar com comunicações numerosas e extensas de modo a conseguir extrair das mesmas conhecimentos que a leitura e audição cumulativas não permitiriam formar (Esteves, 2006).

A presente investigação insere-se, tal como anteriormente referido, num estudo mais vasto sobre Stress e Bem-Estar em Famílias Adoptivas. Desta forma, tendo em conta a literatura existente e a emergência de questões pertinentes para a prática profissional das equipas técnicas, foram considerados determinados blocos temáticos da entrevista que constituem os objectivos da investigação.

No presente estudo, a etapa da análise de conteúdo pressupõe a colaboração entre os mestrandos e a investigadora responsável pelo estudo, no sentido de colmatar as divergências que surgiram ao longo de todo o processo de codificação e categorização de informações.

Por fim, foi construído um *dossier* de caso², para cada casal, que consiste num resumo dos principais resultados emergentes ao longo da entrevista. Esta elaboração de

dossiers permitiu não só proceder a uma rápida análise intra-caso mas também a uma análise comparativa de todos os casos, que se tornou essencial para a subsequente apresentação e discussão de resultados.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

Posteriormente à realização do processo de codificação, procedeu-se à análise qualitativa dos resultados integrando e fundamentando os mesmos com dados provenientes da literatura sobre as seguintes categorias: **Dificuldades Parentais; Recursos Individuais; Recursos Familiares; Recursos Sociais; Percepção da Adopção; Práticas Educativas Parentais.**

1. Quais as dificuldades parentais mais proeminentes na adaptação à parentalidade adoptiva?

A literatura demonstra que o sucesso da adopção pode ser influenciado pela interacção de dois pólos distintos. No entanto existem, inevitavelmente, dificuldades associadas, por um lado aos pais (e.g., suas características, motivações e competências) e por outro às crianças (e.g., suas características, idade no momento de adopção, experiências prévias à adopção, etc.) (Palacios, 2000). Atendendo à informação fornecida pelos pais adoptivos, não é concebível perspectivar a parentalidade adoptiva como isenta de dificuldades ou situações que requerem um ajustamento por parte da família adoptiva.

Neste sentido, a maioria dos pais, nomeadamente 10 casais e as 3 adoptantes singulares referiram dificuldades comportamentais.

² Cada *dossier* de caso encontra-se em anexo (Apêndice III).

Os pais especificaram, dentro das dificuldades comportamentais, comportamentos de oposição (birras) (“(...) *por exemplo está no meio da rua e atira-se*

para o chão (...)”; *“Guincha, guincha muito, guinchava e continua a guinchar.”* – A1/A2; *“(…) era tudo “não”, se a gente queria ir para a direita ela queria ir para a esquerda (...), a gente vestia ela despia.”* – D1/D2; *“Na fase dos dois anos tinha muitas birras, muitas teimosias que todos eles têm, são fases de altos e baixos mas nada que eu diga: “Foi horrível.”- N1)* e ainda o incumprimento de regras no quotidiano das famílias *“(Depois a apreensão das regras é muito complicado, o dever ser genericamente (...) ele próprio no Lar estava muitas vezes de castigo.”*; *“(…) deitava-se quando queria, levantava-se quando queria, ele fazia o que queria (...) não se queria deitar portanto estava deslumbrado com aquela visão portanto a imposição de regras foi muito difícil nessa altura.”- O1/O2).*

No que concerne a transição para a parentalidade, sabe-se que, com a entrada de um elemento na família, diversos papéis e relações têm de ser criados, alterados ou rejeitados (Relvas, 1996), modificando toda a dinâmica familiar que provoca o aparecimento de alguma tensão (Relvas & Alarcão, 2002). Assim sendo, 6 casais dos 14 entrevistados, revelam dificuldades na adaptação à parentalidade, que muitos referem como geradora de stress e tensão *“(…) nós nunca tínhamos sido pais e também tivemos que aprender e uma pessoa tem que aprender rapidamente”- B1/B2*; e que levaram à necessidade de ajustamentos, redefinindo papéis na estrutura familiar *“(…) é que a minha condição de repente mudou nós fazíamos o que nos apetecia e de repente deixámos de poder fazer o que nos apetecia e eu tive alguma dificuldade em ultrapassar isso, acho que foi uma adaptação que foi difícil (...) – P1/P2*; *“(…)há fundamentalmente parâmetros de vida distintos (...)tínhamos uma liberdade absoluta relativamente aos tempos livres”- E1/E2)* e à gestão das expectativas do que é tornar-se pai *“(…)acho que se faz assim uma revisitação muito rápida de todo um conjunto de receios e de...o que é que será que vai acontecer, será que vamos, que vou ser capaz de*

desempenhar o papel que se espera que eu próprio espero conseguir desempenhar? E vi que estava perante uma criança não é? Frágil, com imensas carências e necessidades...”- H1/H2).

Reynolds e Medina (2008, cit. por Vieira, 2010) consideram que a existência de expectativas demasiado elevadas, por exemplo, como referido por um casal do estudo (*“(...) na minha parte eu acho que é um bocado complicado, seja biológico ou seja adoptado uma pessoa idealiza um filho ideal, não é? (...)a gente acha que o filho vai ser tipo um génio e depois sai-me uma coisa assim mais reguila e foi assim um choque (...)”- G1/G2*) relativas ao filho adoptivo, constitui um acréscimo no stress parental.

Paralelamente, são referidas, ainda que escassamente, dificuldades antecipadas pelos pais que acabam por não se verificar e prendem-se, frequentemente, com uma discrepância entre informação fornecida pelos técnicos e a criança real que lhes é confiada (*“(...) vinha como indicação que talvez tivesse problemas na audição e fizemos imensos exames e afinal não se verificou nada (...)”- A1/A2;“(...) falaram muito da família, terem saudades da família biológica e isso não aconteceu estava mais preparada se ela me viesse falar do passado e não aconteceu”- D1/D2).*

Por outro lado, são enumeradas as características da personalidade como aspectos que interferem na relação pais-filhos (*“Foi a teimosia, ele é muito muito teimoso (...) sempre foi assim e ainda é hoje.”- B1/B2; “(...) ela tem uma grande necessidade de aprovação mais do que o irmão.” – L1/L2).*

De entre as principais dificuldades acima enunciadas, não corroboram as referidas pelo estudo de Farber e colaboradores (2003), designadamente a formação de vínculos afectivos e promoção da coesão familiar, a comunicação sobre a adopção e a família biológica.

Porém, verificou-se que a falta de apoio da rede social, especificamente a

ausência de apoio por parte dos serviços formais e informais (Reynolds & Medina, 2008, cit. por Vieira, 2010) é vista como sendo um factor preponderante no aparecimento de situações de difícil gestão, tal como foi verificado no estudo supra referido (*“(...) nós não estamos minimamente preparados porque não nos dão preparação absolutamente nenhuma eu acho que é a grande lacuna do Serviço de Adopção é que não os prepara(...)”- O1/O2; “(...) eu que a partir daí achei que passaram a responsabilidade para nós, sentimo-nos um bocadinho desacompanhados nessa altura, é verdade.”- Q1/Q2*).

Por último, ainda dentro da importância atribuída ao apoio da rede social, destacam-se situações relacionadas com a integração social particularmente a aceitação pela família alargada (*“(...) a avó materna não disse nada o avô materno disse: “Eu de certeza que não vou gostar dela, não vou considerá-la como minha neta L1/L2; “Da parte do meu pai principalmente, quando nós dissemos que íamos adoptar independentemente de podermos ter filhos biológicos ou não, o meu pai rejeitou completamente (...).” – G1/G2; “A minha família foi muito complicado, estava tudo muito de pé atrás, muito complicado”- A1/A2*).

2. Quais os principais recursos individuais que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?

Como principais recursos individuais, destacam-se recursos relacionados com a criança (*“(...) ele tem muita capacidade intelectual. É muito esperto, tem um raciocínio muito lógico e aprende muito depressa (...)Tem muito sentido de humor, tem muita graça. É muito esperto e acima de tudo tem um raciocínio muito aritmético; É uma criança muito ternurenta, gosta muito dos pais, de estar ao colinho de estar aos beijinhos.”- E1/E2; “(...) mais desenrascado que os irmãos (...) é espertalhão; é muito*

meiguinho, muito meiguinho.”- A1/A2), com a experiência e/ou trabalho com crianças por parte dos pais (“(...) como sou educadora, é a estratégia que nós utilizamos com as nossas crianças.”; “Acho que também um bocado da experiência, de filhos, mas de afilhados, nós temos quatro afilhados e apanhámos de tudo.”- G1/G2; “De alguma coisa serviu a experiência de já termos um primeiro apesar de serem diferentes.”- L1/L2; “Uma coisa que eu acho fundamental o facto de eu já ter tido um filho aqui sim é fundamental (...).”- P1/P2).

3. Quais os principais recursos familiares que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?

No âmbito dos recursos familiares, verificou-se que os recursos mais salientes prendem-se com a atenção individualizada à criança (“*Adora quando estamos com ele sozinho, quando podemos.*”- A1/A2; “*(...)Conversamos o que é que ele aprendeu, o que é deus, como é que correu, o que é que fez, se fez depressa se fez devagar se teve dúvidas e portanto tentamos de alguma forma que ele também que fale sobre as coisas e que interiorize a necessidade de melhorar.*”- E1/E2) e o diálogo com o filho “*(...) quando ele vai conhecer ou vamos a uma situação nova ou que eu sei que vai provocar algum stress, eu falo sempre das pessoas e da situação em si. Explico-lhe.*”- R1).

As investigações demonstram que as famílias adoptivas apresentam níveis de coesão e adaptabilidade semelhantes ou inclusive superiores aos que se encontram em famílias não adoptivas (Palácios, 2000). Neste sentido, os dados fornecidos pelos pais adoptivos corroboram a investigação deste autor, destacando a coesão entre o casal como um dos recursos disponíveis (“*Nós geralmente ficamos do mesmo lado (...)* Normalmente se um está a dizer qualquer coisa, se está um a orientar aquilo é deixar seguir.”- B1/B2). Diversas investigações (e.g. Brodzinsky & Pinderhughes, 2002)

salientam também que a coesão familiar pode ser potenciada pela maior duração do casamento dos casais adoptivos, tal como ocorre no presente estudo em que a duração média do casamento dos 14 casais, à data das entrevistas foi de 14,5 anos. Este factor parece estar associado a uma maior sensibilidade e comunicação conjugal e uma melhor gestão do stress (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Outros recursos parentais identificados pelos participantes prendem-se com a não desqualificação do cônjuge, o diálogo privado em situação de divergência parental (*“Às vezes por sinais damos a entender para ter calma e depois falamos mas mostrar à frente dele que estamos em desacordo não mostramos.”*- G1/G2; *“Normalmente falamos sobre isso (...) Sim, em frente dele não há assim... Tentamos não haver aquela coisa de um dizer que é assim e o outro dizer que é assado.”*- J1/J2) e a partilha da parentalidade (*“discutimos muito o dia-a-dia dele os dois, e naturalmente que não há dia nenhum que nós não falemos sobre o nosso filho sem ele estar presente”*- E1/E2; *“Para mim o que me agradou muito foi a nossa partilha da parentalidade que é comum a tudo resto da nossa vida mas para mim o que mais me ajudou foste tu (esposa)... (...)”*- Q1/Q2;

“J2- mas há coisas que eu detesto fazer e o meu marido faz com todo o prazer. Por exemplo, ir ao cinema com o nosso filho, é verdade detesto ver um filme infantil, e ele vai com muita satisfação.

E: Complementam-se.

J2: Dividimos muitas vezes essas coisas de acordo com as nossas preferências; acabamos sempre por não sacrificar nada.”

4. Quais os principais recursos sociais que facilitam a recuperação do equilíbrio na parentalidade?

Os principais recursos enumerados encontram-se relacionados, numa esfera mais formal, com o acompanhamento dos técnicos do Serviço de Adopção (“*nós sempre transmitimos as nossas angústias às senhoras do Serviço de Adopção, às técnicas e chegámos a telefonar para lá.*”- B1/B2; “*(...) estivemos com as técnicas a tentar arranjar solução e eu acho que aquele dia foi um dia marcante (...) depois o acompanhamento técnico que tivemos foi excepcional*”- D1/D2), bem como o aconselhamento junto de psicólogos (“*Nós tivemos a psicóloga do Centro que nos ajudou, conversávamos com ela estas coisas todas e ia-nos ajudando porque sozinhos também é difícil.*”- D1/D2; “*(...) a nossa filha aparenta ter alguma dificuldade na aprendizagem das letras e não é uma coisa que nós sozinhos possamos resolver e tivemos que ir à procura de ajuda qualificada*”- L1/L2) e educadores (“*Falámos com a educadora da altura da creche...*”- H1/H2). A informação providenciada nestes excertos vai de encontro ao estudo de Sar (2000, cit. por Vieira, 2010), no qual os pais consideram importante o apoio continuado dos recursos sociais e comunitários que constituem a sua rede social, sendo um recurso que pretende reduzir o stress parental e promover a qualidade da parentalidade adoptiva (Reynolds & Medina, 2008, cit. por Vieira, 2010). Ou seja, este apoio é percebido como um recurso social positivo na gestão das adversidades subjacentes à parentalidade. Os profissionais das equipas técnicas devem, pois, constituir um ponto de referência para os pais e desempenhar a função elo de ligação entre pais e a Entidade Pública na qual decorrer todo o processo de adopção (Palacios, 2000).

Por outro lado, nível de apoio e aceitação dos amigos e da família alargada é referido como um importante preditor do sentimento de segurança face à decisão

tomada, potenciando o desempenho parental (Feigelman & Silverman, 1983 cit. por Relvas & Alarcão, 2002). Concordantemente, neste estudo, evidenciaram-se como pontos fortes na rede social informal os amigos, amigos com filhos, adotivos ou biológicos, (*“Temos alguns amigos com crianças desta idade e quase surgem...e surgem naturalmente conversas, trocamos experiências...”*- H1/H2; *“(...) também temos alguns amigos que já adoptaram, três ou quatro casais (...).”* Q1/Q2) e família alargada (*“também tem a ver com o facto de conhecermos muitos casais.”*- J1/J2; *Eu acho que nós como família, como casal foi muito importante, era um desejo que nós tínhamos, era uma decisão que tomámos e acontecesse o que acontecesse estávamos com aquele objectivo e depois penso que também todo o nosso suporte familiar, acho que foi muito importante porque era uma questão em que nos apoiavam e toda a gente gostava muito do João e acho que isso ajudou sem dúvida.”* – Q1/Q2) ou ainda por parte de pares (*“(...) são as amigas da escola, por exemplo este domingo havia uma amiga que estava sozinha e que telefonou e ela foi lá brincar para casa da amiga, é minha vizinha, é ali ao pé.”*- M1).

A parentalidade adoptiva exige a mobilização de numerosos recursos e estratégias adaptativas de resolução de problemas (Farber, Timberlake, Mudd, & Cullen, 2003). Neste sentido, os pais que procuram mais informação (*“fiz a minha pesquisa e hoje a internet permite fazer alguma pesquisa (...).”*- D1/D2) e antecipam possíveis dificuldades relacionadas com a parentalidade adoptiva, e que possuem também redes de apoio eficazes, apresentam menores níveis de stress e têm mais competências para lidarem com as idiossincrasias da situação de adopção (Foli & Thompson, 2006).

5. Como é percebida a situação de adoção bem como os factores de stress que lhe são inerentes?

De uma forma geral, a situação de adoção é percebida de forma muito positiva pelos pais, com um impacto na sua vida (*“(...) tinha muito prazer em ir para casa e no final do dia era um prazer enorme porque vinha para casa, jantava em casa em família com a minha esposa era de facto o máximo, neste momento multiplica por dois porque é mais o nosso filho. Ir buscá-lo, ir a ouvir logo as histórias dele.”- E1/E2; “(...) Ficamos logo conectados, os três. Ele foi muito fácil, a adaptação dele foi fácilima.”- I1/I2*), e no caso específico dos casais, na conjugalidade percebido como positivo (*“Há quase quatro anos que não jantamos fora os dois, é raríssimo, que não vamos ao cinema os dois sozinhos, que não vamos para lado nenhum sozinhos, que eu deixei de ir trabalhar ao sábado, deixei de trabalhar até às nove da noite mas nada disto é incomodativo nem tenho nostalgia.”- E1/E2*).

Porém, é de notar que alguns casais referiram períodos de tensão e desgaste muito acentuados nos quais os recursos acima referidos providenciaram uma ajuda no contorno destas situações (*“(...)testava muitas vezes e ainda hoje o faz (...) eu tirava-lhe o pijama ela vestia o pijama, tirava-lhe o pijama ela vestia o pijama mas eu não estou a exagerar isto era assim quatro, cinco vezes (...) Eu não aguento mais isto, eu estou desesperada e por isso as recordações que nós temos não são muito positivas.”- D1/D2*).

Por seu lado, para a criança, a percepção da adoção pode também estar relacionada com ser uma implícita perda familiar e não apenas como uma forma de construção, podendo esta perspectiva levar a sentimentos de stress e emergência de problemas de ajustamento e adaptação (Smith & Brodzinsky, 1994). Assim, ainda que escassamente, verificou-se este sentimento por parte dos filhos adoptivos (*“Eu acho que*

ele vive um pouco mais intensamente do que as outras crianças o drama da perda, eu acho que ele vive permanentemente com o trauma de perder um de nós e isso marca-o muito. Ele muitas vezes diz que tem sonhos que tem medos e que acha que nós vamos morrer e ele vive muito esse medo da perda (...)"- I1/I2; "(...) adaptou-se muito bem mas foi difícil porque a dificuldade não foi adaptar-se à escola mas sim o medo de lá ficar e não o fossemos lá buscar (...)" Todos os dias me perguntava: "Pai vens-me buscar?" (...) Agarrava-se a mim de manhã: "Mas tu vens-me buscar mãe?" e eu respondia-lhe: "A mãe promete que te vem buscar a mãe não te deixa aqui"- O1/O2.)

6. Quais são as principais práticas educativas parentais, consideradas estratégias de coping, utilizadas pelos pais adoptivos?

No que concerne as práticas educativas parentais, os pais adoptivos salientam o recurso a estratégias coercivas, nomeadamente punição física (*"Eu bato de vez em quando, bato mais do que a minha esposa(...)"- A1/A2; "(...) "eu dizia que na situação x ou y enquanto não lhe deres uma palmada isso não se vai resolver"- D1/D2; "- Uma palmadinha...(...) no limite dos limites, leva assim uma palmada..." H1/H2*) e/ou interdição a privilégios (*"Não vê desenhos animados, não joga no computador; já chegou a não ir ao judo que o afecta um bocadinho."- B1/B2; " Não vê televisão, vai para o quarto..."- H1/H2; "(...) não vê televisão, não vê os bonecos."- G1/G2*). Por outro lado, estes pais utilizam estratégias indutivas ou tentam conjugá-las com as descritas anteriormente, salientando-se a negociação e/ou explicação (*"Um bocadinho para negociar com ele a questão da televisão; Reage duma forma muito emotiva mesmo que a gente explique o castigo"- C1/C2*) e promovendo a reflexão por parte do filho (*"Ou então ficar sentadinho quietinho a pensar naquilo que fez."- C1/C2; "Enquanto não acabares com a birra e não estiveres sossegado ficas aí (...)" vais-te sentar um*

bocadinho, pensas e depois vens falar connosco”- G1/G2; “(...) ficava ali 3 minutos no quarto a pensar se ia arrumar ou no que tinha feito.”- J1/J2; “E uma outra vez que ela respondeu mal à minha mãe, pronto repreendi um bocadinho mas falei com ela e ela sentiu que tinha feito mal.”- M1; “Tentava várias soluções ou explicava ou castigava-o tirando-lhe coisas que eu sei que ele gosta, não lhas dava para que ele se sentisse contrariado e cedesse à minha vontade.”- N1; “Eu deixava-o gritar até ele se calar e fazia-lhe ver que estava mal e voltava a bater na mesma tecla e eu dizia-lhe que não até que ele se cansou de gritar, quando ele se cansou começou então a perceber quais eram as regras que tinha que cumprir (...).”- O1/O2.

Todas as práticas educativas parentais acima mencionadas, remetem-nos para um Estilo Parental, predominantemente, Autoritativo, que vai de encontro à literatura existente (e.g., Solomon & Poirier, 2006; Machado, 2010) sobre este tema, que refere que, o estilo parental mais prevalecente em pais adoptantes é o autoritativo e é o que mais favorece o desenvolvimento adequado da criança.

O estudo de Darling e Steinberg (1993) salienta a existência de uma associação positiva entre o estilo parental autoritativo e uma experiência escolar positiva da criança, possivelmente devido às atitudes de encorajamento e incentivo à reflexão que são características deste estilo.

Em suma, de acordo com os resultados obtidos vale a pena salientar que as famílias adoptivas estudadas parecem ser famílias que, face às dificuldades que surgem, demonstram ter recursos (e.g., rede social apoiante, boa comunicação) e motivação para as gerir. Outras características consideradas como elementos chave para uma parentalidade adoptiva incluem uma boa preparação por parte dos pais e expectativas realistas em relação à criança e à parentalidade em si (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

4. Conclusão

O presente capítulo pretende apresentar uma reflexão sobre os principais resultados obtidos na investigação, apontando, ainda, algumas limitações inerentes ao estudo e possíveis implicações futuras para a continuação da investigação neste domínio.

Através de entrevistas conduzidas a pais adoptantes (casais ou singulares), foi-nos possível analisar as principais dificuldades associadas à parentalidade adoptiva e os mecanismos a que as famílias recorrem para diminuir as mesmas e o stress familiar que delas deriva.

Deste modo, segundo os pais adoptivos, as dificuldades comportamentais e a adaptação à parentalidade apresentam-se como situações de dificuldade, para a maioria dos casais. Os comportamentos de oposição, nomeadamente as birras, estão presentes no discurso destes pais como situações quotidianas e, por vezes, de difícil gestão. Por outro lado, a transição para a parentalidade, com o ajustamento e reenquadramento de tarefas e o surgimento de novas responsabilidades e especificidades (e.g. criação do sentimento de pertença, exercício de autoridade e acto de revelação; Relvas & Alarcão, 2002), por vezes, nunca antes desempenhadas, contribui para o aumento do stress familiar e individual.

Assim sendo, para fazer face a estas dificuldades, os pais adoptivos referem a utilização de diversos recursos, nomeadamente de ordem individual, familiar e social.

Em primeiro lugar, os recursos individuais mais salientados pelos pais adoptivos referem-se a características positivas da criança e à experiência prévia em cuidar de crianças (e.g., filhos biológicos e afilhados), percebidas como importantes para lidar com as dificuldades que emergem da parentalidade adoptiva.

Por outro lado, de entre os recursos familiares mais referidos pelos pais adoptivos, destacam-se a atenção individualizada à criança, bem como o diálogo com o filho e, no âmbito da conjugalidade, a coesão e a partilha entre o casal. Neste ponto, destacam-se, particularmente, as tentativas para não desqualificar o cônjuge e o recurso ao diálogo privado em situação de divergência parental.

Por último, relativamente aos recursos enunciados pelos pais adoptivos, os de ordem social prendem-se frequentemente, por um lado, com o apoio prestado por técnicos dos Serviços de Adopção e outros profissionais que têm uma relação directa com a criança (e.g., educadores), por outro, com o apoio prestado pela família alargada e por amigos. Neste sentido, o apoio providenciado pela rede social, nomeadamente aquele percebido como emocional e/ou psicológico, constitui um recurso importante para a gestão e amortecimento do stress causado pelas dificuldades parentais (Vangelisti, 2009).

No que concerne as práticas educativas parentais, constata-se que estas se inserem num estilo parental predominantemente autoritativo, revelando as famílias uma tendência para a negociação, explicação e valorização do diálogo entre pais-filhos mas também firmeza no cumprimento das regras. Constata-se, ainda, a utilização de estratégias coercivas de controlo comportamental, por parte de alguns pais, particularmente a punição física e/ou a interdição de privilégios. No entanto, tal como referido por Ceconello e colaboradores (2003), a utilização conjunta de técnicas de explicação ou negociação, relativas ao comportamento da criança, com estratégias coercivas, minimiza o impacto negativo do recurso a apenas estratégias coercivas, funcionando como um importante veículo de monitorização e controlo dos comportamentos das crianças.

Em suma, é de salientar que os pais adoptivos da amostra, apesar das dificuldades parentais que enumeram, muitas das quais compatíveis com dificuldades sentidas por pais não adoptivos (e.g., Relvas, 1996), apresentam uma gama de recursos variados e práticas educativas parentais consideradas adequadas, recaindo sobretudo em estratégias caracterizadoras de um estilo parental autoritativo.

No que concerne a limitações do estudo, destaca-se, principalmente, o reduzido tamanho da amostra, reconhecendo-se que a inclusão de um maior número de participantes conduziria a uma análise mais pormenorizada e rica sobre as questões relacionadas com a parentalidade adoptiva focadas no estudo. Outro aspecto relacionado com a amostra tem a ver com o facto de esta constituir uma amostra de conveniência, devido a questões relacionadas com o acesso e disponibilidade dos participantes do estudo. Do mesmo modo, o facto de toda a amostra possuir estudos académicos superiores pode limitar a generalização de conclusões extensível a casais com outro tipo de habilitações. Igualmente, a limitada área geográfica de residência dos participantes (Lisboa) constitui outra limitação do estudo, reduzindo a generalização das conclusões a pais residentes noutras áreas do país.

A subjectividade do processo de codificação e análise de resultados tem também sido apontada por vários investigadores (e.g., Marshall, & Rossman, 1999) como uma limitação a ter em conta na condução de estudos baseados numa metodologia qualitativa. Também a ter em consideração é o facto de a codificação ter sido apenas realizada por um investigador, que pode ter contribuído para um maior enviesamento dos resultados. No entanto, por razões de ordem prática, não foi possível a codificação por parte de vários investigadores.

No que diz respeito a sugestões para investigações futuras, salienta-se a necessidade de desenvolver investigações que compreendam a associação das

dificuldades parentais com variáveis possivelmente relacionadas com o stress parental (e.g., a comunicação parental).

Outra sugestão prende-se com a utilização de técnicas mistas de investigação, i.e., a realização de estudos com metodologia qualitativa mas também quantitativa, de forma a colmatar as limitações que emergem da utilização de apenas uma delas. Neste sentido, a investigação poderia levar-nos a conclusões mais precisas sobre a quantificação do número de pais adoptivos que recorre, por exemplo, a determinada estratégia parental, permitindo, por outro lado, uma abordagem mais descritiva e compreensiva relativamente a essa e outras estratégias. E no que diz respeito à amostra, seria interessante estabelecer-se um paralelo com um grupo controlo (i.e., um grupo de pais não adoptivos), possibilitando a compreensão das mesmas categorias em destaque no presente estudo com participantes que não vivenciaram uma parentalidade adoptiva.

Por último, é de salientar a sugestão da melhoria de aspectos de ordem clínica ou prática, sugerida por alguns pais e percebida também pelos investigadores, que recai sobre a importância da continuação da formação de equipas de técnicos, com formação específica na área da Adopção, com vista à promoção de competências parentais e divulgação de informações sobre as estratégias parentais educativas, bem como estratégias adequadas de *coping*, consideradas imprescindíveis para lidar com as dificuldades que emergem da parentalidade adoptiva. Em suma, considera-se que a existência de serviços profissionais deste género constitui uma mais-valia para os pais adoptivos que lidam diariamente com questões e dificuldades específicas relacionadas com a parentalidade adoptiva, uma ferramenta também passível de vir a ser utilizada pela criança adoptada (com a criação, por exemplo, de *ateliers* que abordem temáticas emocionais e comportamentais, direccionados especificamente para estas crianças) e ainda um recurso bem-vindo por parte dos profissionais que trabalham nesta área com

características tão desafiantes e únicas e que, integrados numa equipa pautada pela qualidade de intervenção e supervisão, desempenharão a sua função mais eficazmente.

5. Referências Bibliográficas

Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.

Barajas, C., Fuentes, M.J., González, A.M., Linero, M.J., De la Morena, M.L., Goicoechea, M.A., Quintana, I. & Fernández-Molina, M. (2006). *La adopción: Una guía para padres*. Madrid: Alianza.

Bohanek, J. G., Marin, K. A., Fivush, R. & Duke, M. (2006). Family Narrative Interaction and Children's Sense of Self. *Family Process*, 45, 39-54.

Boss, P. G. (2002). *Family Stress management: A Contextual Approach*. Thousand Oaks, California: Sage.

Brodzinsky, D.M. (1987). Adjustment to coping. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47.

Brodzinsky, D.M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D.M. Brodzinsky & M.D. Schechter. *The psychology of adoption*. New York : Oxford University.

Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's Adjustment to Adoption: Developmental and Clinical Issues*. Thousand Oaks, California: Sage.

Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Children and Parenting* (pp. 279-313). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Burr, W. R., & Klein, S. R. (1994). *Reexamining family stress*. London. Sage

Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Cowan, P.A., & Hetherington, M. (1991). *Family Transitions*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.

Cutrona, C. E., & Russell, D. W. (1990). *Type of social support and specific stress: Toward a theory of optimal matching*. In B.R. Sarason, I.G. Sarason, & G.R. Pierce (Eds.), *Social Support: An interactional view* (pp.319-366). New York: Wiley.

Daly, K. J. (2007). *Qualitative Methods for Family Studies and Human Development*. Thousand Oaks, California: Sage.

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.

Doron, R. & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi.

Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. In J.A. Lima & J.A. Pacheco, *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.

Farber, M. L., Timberlake, E., Mudd, H. P., & Cullen, L. (2003). Preparing parents for adoption: An agency experience. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 20(3), 175-196.

Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração: Adopção comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2 (22), 399-411.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

Foli, K.J., & Thompson, J.R. (2006). *A Aventura da Adopção*. Cruz Quebrada: Estrela Polar.

Hoghugh, M., & Long, N. (2004). *Handbook of Parenting: theory and research for practice*. London: Sage.

Hughes, D. A. (1999). Adopting children with attachment problems. *Child Welfare*, 78, 541-560.

Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M., & Van Ijzendoorn, M. (2005) The importance of parenting in the development of disorganized attachment: evidence from a preventive intervention study in adoptive families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46, 263-274.

Keagy, E.J., & Rall, B. (2007). *The Special Needs of Special-Needs Adoptees and their Families*. In R.A. Javier, A. Baden, F.A. Biafora, & A. Camacho-Gingerich. *Handbook of Adoption: Implications for Researchers, Practitioners and Families*. Thousand Oaks, California: Sage.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.

Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology*, 27, 131-140.

Machado, C. S. C. (2010). *Clima Relacional Familiar nas Famílias Adoptivas*.

Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Marin, K.A., Bohanek, J. G. & Fivush, R. (2008). Positive Effects of Talking About the Negative: Family Narratives of Negative Experiences and Preadolescents' Perceived Competence. *Journal of Research on Adolescence*, 18, 573–59.

Marying, P. (2000). *Qualitative Content Analysis*. Forum: Qualitative Social Research. 1 (2).

Marshall, & Rossman C. (1999). *Designing Qualitative Research*. Thousand Oaks, California: Sage.

McCubbin, H.I., & Patterson, J.M. (1983). The family stress process: The double ABCX model of adjustment and adaptation. *Marriage and Family Review*, 6, 7-37.

McKenry, P. & Price, C. (2005). *Families & Change: Coping with stressful events and transitions*. Thousand Oaks, California: Sage.

Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: À procura do padrão que liga*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Narciso, I. *Compreensão sistémica do divórcio*. Documento interno não publicado; FPCEUL.

Palacios, J. (2000). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 353-371). Madrid: Alianza.

Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children.

International Journal of Behavioral Development, 30, 481-487.

Pereira, A.I.F. (2007). *Crescer em Relação: Estilos Parentais e Educativos, Apoio Social e Ajustamento*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Pryor, J. (2004). Parenting in Reconstituted and Surrogate Families in Hoghugh, M., & Long, N. *Handbook of Parenting – theory and research for practice*. London: Sage.

Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família: Perspectiva Sistémica*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.

Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: o direito e os afectos – Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3, 501-507.

Santona, A., & Zavattini, G. C. (2005). Partnering and parenting expectations in adoptive couples. *Sexual and Relationship Therapy*, 20, 309-322.

Seabra Diniz, J. (2003). A Adopção como problema e como resposta. *Cidade Solidária*, 10, 20-26.

Smith, D. W., & Brodzinsky, D. M. (1994). Stress and Coping in Adopted Children: A Developmental Study. *Journal of Clinical Child Psychology*, 23, 91-99.

Solomon, C. R., & Poirier, M. (2006). Parenting styles and attributions and the behavior of children in the "no" stage in adoptive and biological families. *Adoption Quarterly*,

10, 63-83.

Tashakkori, A. & Teddlie, C. (2003). *Handbook of mixed methods in social & behavioral research*. Thousand Oaks : Sage.

Vieira, S.M.S. (2010). *A Experiência da Parentalidade Adoptiva: do Casal ao Singular*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Walsh, F. (1998). *Strengthening Family Resilience*. New York: Guilford.

Vangelisti, A. L. (2009). Challenges in conceptualizing social support. *Journal of Social and Personal Relationships*, 26, 39-51.

Apêndice I¹

¹ Neste Apêndice serão apresentados exemplos de excertos da análise de conteúdo, através do *software Nvivo8*.

Tree Nodes/Parentalidade/Dificuldades/Tipo/comportamental

[<Internals\Caso L1 e L2>](#) - § 16 references coded [44,99% Coverage]

Reference 2 - 0,78% Coverage

L.A.– Não podíamos chegar ao pé dela para lhe dar beijos que ela tremia, não tinha cócegas, não ria.

Reference 3 - 1,65% Coverage

C.A. – E de facto não estávamos à espera, achávamos que uma criança de três meses não tivesse dado tanto pela passagem por uma instituição. E surpreende-nos um pouco só por essa razão porque eu acho que ela sentiu mais do que nós.

Tree Nodes/Parentalidade/Dificuldades/recursos para a resolução/extra-familiares/amigos/professores

[<Internals\Caso L1 e L2>](#) - § 8 references coded [19,57% Coverage]

Reference 1 - 0,60% Coverage

C.A. – Falamos entre nós, eventualmente alguma ou outra situação pode ser com amigos.

Reference 2 - 0,73% Coverage

L.A. – Às vezes com amigos e professores inclusivamente mas com a Catarina também não houve assim nada...

Tree Nodes/Parentalidade/Práticas Educativas/Consequências do Incumprimento da regra/Castigo/Tipo/Físico/Não Físico.

[<Internals\Caso G1 e G2>](#) - § 5 references coded [12,51% Coverage]

Reference 2 - 2,48% Coverage

C.B. – Outras não vê televisão, não vê os bonecos. (...) Outras vezes tem que levar uma palmada. Para ele sentir que as coisas nem sempre são como ele quer. Às vezes custa-nos mais a nós do que propriamente a ele. A ele dói-lhe no momento e a nós custa imenso como

uma vez me aconteceu que me dá vontade de chorar por ter que lhe dar uma palmada e é contra o meu feitio mas teve mesmo que ser, é a única solução. Depois... passado o momento da ira que ele tem é: “E desculpa mamã!”; “E não estás zangada comigo?”; “Estás triste?” depois é como se nada fosse.

Tree Nodes/Parentalidade/Dificuldades/recursos para a resolução/intra-familiares/individuais/experiência prévia com crianças.

[<Internals\Caso G1 e G2>](#) - § 15 references coded [11,37% Coverage]

Reference 1 - 0,65% Coverage

C.B. – É assim eu como sou educadora, é a estratégia que nós utilizamos com as nossas crianças. E normalmente funciona e quando ele se acalma.

Apêndice II²

² Neste Apêndice será apresentada a árvore de categorias e subcategorias , essencial para a concretização dos objectivos do estudo, não diz respeito apenas às categorias e subcategorias presentes na apresentação e discussão dos resultados.

Parentalidade

Dificuldades Parentais

Atribuições

- Condição de adoptado
- Características da Criança
- Escola
- Existência de outros filhos
- Família Biológica
- História de vida da criança
- Institucionalização

Dificuldades antecipadas

- Aceitação por parte dos irmãos
- Aceitação por parte da Família Alargada
- Criança
 - Comportamento
 - Características de Personalidade
 - Desenvolvimento
- Integração Social

Dificuldades não antecipadas

- Aceitação por parte dos irmãos
- Aceitação por parte da Família Alargada
- Criança
 - Comportamento
 - Características de personalidade
 - Desenvolvimento
- Rotinas
- Integração Social

Localização temporal da dificuldade

- Pré-adoção
- Pós-adoção
- Contínua

Parentalidade

Dificuldades Parentais

Recursos para a Resolução da dificuldade

- **extra-familiares**

- Actividades Extra-Curriculares
- Amigos
- Amigos com filhos biológicos
- Amigos com filhos adoptivos
- Apoio Escolar
- Babysiter
- Colegas de trabalho
- Escola
- Família Alargada
- Informação adequada
- Técnicos especializados
 - Psicólogos
 - Médicos
 - Terapeutas da Fala
 - Educadores
- Padrinhos
- Pares
- Profissão
- Religião
- Serviço de Adopção

- **intra-familiares**

- Conjugais
 - Coesão
 - Complementaridade
 - Diálogo
 - Partilha da Parentalidade
- Familiares
 - Multiculturalidade
 - Fratria
 - Aceitação pelo(s) irmão(s)
 - Amor Fraternal
 - Individuais
 - Criança
 - Características da personalidade
 - Idade
 - Experiência prévia com crianças
 - Valores e princípios da vida
 - Desdramatização

Parentalidade

Dificuldades Parentais

Tipo de Dificuldades

- Articulação com a Família de Acolhimento
- Criança
 - Características de personalidade
 - Cognitiva
 - Comportamento e regras
 - Desenvolvimento
 - Fala
 - Sono
 - Crescimento
 - Alimentação
 - Doença
 - Emocional
 - Escolar
- Dificuldade de adaptação à parentalidade
 - Mãe
 - Pai
- Doença dos Pais
- Expectativas em relação ao filho
- Falta de tempo para e com a criança
- Informação fornecida desadequada
- Integração Social
 - Aceitação pela Família Alargada
 - Escola
- Qualidade do acompanhamento do Serviço de Adopção
- Revelação da condição de adoptado
- Rotinas
- Tempo para o casal

Parentalidade

Diferenciação de papéis parentais

- Infirmiação
- Confirmação
 - Diferenças nas práticas parentais
 - Diferenças nas papéis parentais
- Impacto na Conjugalidade
 - Positivo
 - Negativo

Divergências parentais

- Inexistentes
- Existentes
 - Reacção às divergências parentais
 - Criança
 - Casal
 - Conflito expresso
 - Resolução da divergências parentais
 - Diálogo privado
 - Não desqualificar o cônjuge

Estilos parentais

- Mãe
 - Autoritário
 - Autoritativo
 - Permissivo
 - Negligente
- Pai
 - Autoritário
 - Autoritativo
 - Permissivo
 - Negligente

Impacto da Adopção na Conjugalidade

- Positivo
- Negativo
- Manutenção das rotinas anteriores à chegada da criança
- Ajustamentos
 - Partilha de tarefas
 - Menos tempo para o casal
 - Integração do filho nas actividades conjugais
 - Foco no filho
 - Alteração/Adaptação das rotinas

Parentalidade Práticas Educativas

Controlo Parental

- Afecto-Aceitação vs Rejeição
 - Aceitação
 - Rejeição
- Controlo Psicológico
 - Cognitivo
 - Comportamental
 - Emocional
- Controlo Comportamental
 - Estratégias Coercivas
 - Estratégias Indutivas

Regras

- Definição da Regra
 - Pai
 - Mãe
- Tipo
 - Com imposição
 - Com explicação
 - Com negociação
 - Com promoção da auto-regulação por parte da criança
- Reacção dos Pais
 - Firmeza
 - Não Firmeza
- Reacção do Filho
 - Amua
 - Aceitação
 - Agressão
 - Birra
 - Tentativa de negociação

Parentalidade Práticas Educativas

Consequências do Incumprimento das Regras

- Castigos
 - Tipo
 - Físico
 - Não Físico
 - Interdição de Privilégios à criança
 - Não come fruta
 - Não vê televisão
 - Não joga computador/consola
 - Não frequenta actividades extra-curriculares/ passeio/ festas
 - Deita-se mais cedo
 - Reflexão
 - Sentado a pensar
 - Atribuição de Tarefas
- Reacção dos Pais
 - Firmeza
 - Não Firmeza
 - Tristeza
 - Arrependimento
 - Sentimento de Culpa
- Reacção do Filho
 - Aceitação
 - Rejeição
 - Tristeza
 - Birra
 - Amuo
 - Argumentação
 - Pedido de desculpa
 - Empatia
 - Tentativa de negociação
 - Finge indiferença

Apêndice III³

³ Neste Apêndice serão apresentados os Dossiers Caso, onde é feita uma análise intra-caso.

Caso A1 e A2

<u>Casal A1/A2</u>			
Identificação	A1		A2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	38 anos		39 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	14 anos		
Número de filhos biológicos	4		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	3 anos
Ano de adoção	2007		

Nota: Ao longo da análise intra-caso, sempre que necessário os filhos adotivos serão referenciados através da abreviatura Cr_{x1/x2}, correspondendo Cr – Criança e x1/x2 – a referência de cada casal.

Como dificuldades parentais este casal salientou, ao longo da entrevista, **dificuldades comportamentais** (“*Mas por exemplo está no meio da rua e atira-se para o chão (...)*”; “*Guincha, guincha muito, guinchava e continua a guinchar.*”; “*(...) está a fazer uma asneira e faz muitas asneiras, é muito asneirento.*”), **dificuldades de Integração Social**, especificamente, **aceitação** por parte da **Família de Origem** (“*A minha família foi muito*

complicado, estava tudo muito de pé atrás, muito complicado”; “Não foi fácil a minha família aceitar a situação e nós sabíamos disso e portanto depois ele é que os conquistou”) e **dificuldade ao nível do desenvolvimento linguístico** (“*chegou aos 3 anos e não falava nada, não falava, era muito complicado para falar, o pediatra mandou-o para a terapia da fala, na terapia da fala (...)*”).

O Casal referiu ainda como **dificuldade antecipada**, que acabou por não se verificar, ao nível do **desenvolvimento auditivo** (“*(...) vinha como indicação que talvez tivesse problemas na audição e fizemos imensos exames e afinal não se verificou nada (...)*”)

A **Desdramatização** foi um dos **recursos individuais** patente na entrevista, influenciando a percepção feita sobre a situação, e consequentemente, a gestão da mesma (“*Não gosta de estar sozinho, não gosta de escuro mas eu acho que é natural nesta idade.*”; “*Mente, mente mas pronto também quer-se safar a uma asneira que sabe que fez e que sabe que não quer ser castigado.*”; “*Ele antes adormecia tão bem e agora é tão complicado para adormecer (...) é horrível é uma idade em que não querem dormir, não querem dormir até cair para o lado de cansaço.*”).

Como **recurso intra-familiares a fratria** assume um papel importante (“*É muito agarrado aos irmãos (...)*adora os irmãos, está sempre a dar-lhes beijinhos, adora acordar os irmãos com beijinhos.”). Considerando a **conjugalidade** o casal demonstra **coesão** entre si (“*Os dois nos preocupamos e achamos que tem que ser cumpridas as regras (...) no geral sabemos o que é que queremos (...) acho que somos os dois preocupados e tentamos que as regras sejam as mesmas.*”) e relativamente à **parentalidade** o casal esforça-se por dar **atenção individualizada** ao filho (“*Adora quando estamos com ele sozinho, quando podemos.*”; “*(...) qualquer um deles gosta não é? Duma atenção individual.*”).

Considerando os recursos extra-familiares utilizados temos o recurso a **técnicos especializados (psicólogos e médico), amigos do casal** e a **babysiter** (“*(...)com uma amiga*

da Patrícia que é psicóloga, que é muito amiga da Patrícia; “(...) falamos nisso por exemplo com a pediatra às vezes também que é muito nossa amiga.”; “Babysiter sempre (...) Mas uma pessoa que não era da família, uma babysiter, tentamos não sobrecarregar a família.”).

Quando surgem **divergências parentais** o casal opta por **não desqualificar o cônjuge** e pelo **diálogo privado** (“Eu tento não mostrar em frente a eles e discutimos e falamos os dois.”).

No geral verifica-se uma **percepção positiva da criança** (“(...) mais desenrascado que os irmãos, com 3 anos os outros não eram tão desenrascados.; É espertalhão; é muito meiguinho, muito meiguinho.”). Também a **integração social** da Cr A1/A2 em **meio escolar** foi muito positiva (“(...) foi muito melhor do que estávamos à espera, foi bom, foi ótimo, é um descanso.”).

O casal considera que existe alguma **diferenciação de práticas** relativamente ao filho adoptado (“A minha esposa acha que eu sou mais duro com ele do que com os irmãos eu acho que a Patrícia é mais permissiva com ele do que com os irmãos.) também são conjugadas **castigos físicos** (“Eu bato de vez em quando, bato mais do que a minha esposa (...)”) e **não físicos** (“O castigo que nós fazemos é agora fica aqui a chorar neste sitio.”).

Caso B1 e B2

<u>Casal B1/B2</u>			
Identificação	B1		B2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	53 anos		44 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	8 anos		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	9 anos
Ano de adoção	2004		

O Casal refere que se deparou com algumas dificuldades parentais nomeadamente, **características de personalidade da criança** que se traduzem no **comportamento e atitudes** da Cr B1/B2 (“(...) às vezes tem atitudes que parece assim de pré-adolescente, as respostas que dá assim de rufia.”; “Foi a teimosia, foi a teimosia, ele é muito muito teimoso (...) sempre foi assim e ainda é hoje.”) **atribuindo à institucionalização anterior à adoção** (“(...) derivar de uma raiva contida (...) que pensamos nós que agravado com o percurso que ele tem, com 2 anos de instituição em que aquilo é sobrevivência para ele). Também a

apreensão e cumprimento de regras assumiram um papel destabilizador no quotidiano da família (*“Depois a apreensão das regras é muito complicado, o dever ser genericamente (...) ele próprio no Lar estava muitas vezes de castigo.”*).

A **adaptação à parentalidade** surgiu como motivo de alguma tensão, havendo necessidade de ajustamento célere e contínuo (*“(...) nós nunca tínhamos sido pais e também tivemos que aprender e uma pessoa tem que aprender rapidamente”*; *“Somos três a aprender ao mesmo tempo”*).

É identificada **diferenciação de papéis parentais** (*“O meu esposo é muito rigoroso, demasiado rigoroso.”*). Os **castigos** utilizados pelo casal são do tipo **não físicos** (*“Mas uma coisa é certa uma das técnicas é tentar evitar que aquilo chegue aquele ponto mas com ele é muito difícil; “Não vê desenhos animados, não joga no computador; já chegou a não ir ao judo que o afecta um bocadinho (...)”*).

Salientam-se como **recursos extra-familiares o acompanhamento pelo Serviço de Adopção e por técnicos especializados (psicólogos)** (*“(...)nós sempre transmitimos as nossas angústias às senhoras do Serviço de Adopção, às técnicas e chegámos a telefonar para lá.”*; *“(...)E. - Portanto quando sentiam necessidade ligavam?; B2 – Sim, sim.; B1 – E mesmo para a psicóloga do refúgio pelo telefone, algumas vezes.”*; *“(...) decidimos logo arranjar uma psicóloga para o acompanhar. Portanto ele chegou em Dezembro, em Setembro já estava acompanhado, em menos de um ano, depois das férias grandes ele passou a ser seguido .”*). Também a **família alargada** foi considerada como factor facilitador de todo o processo de integração da **Cr B1/B2** (*“B2 - Essa questão do relacionamento percebeu-se rapidamente que aquilo não era um problema porque ele rapidamente dá-se muito bem com toda a gente; B1 - Com a família, tudo.”*; *“(...) como da parte da família não houve qualquer rejeição, foi muito simples e rapidamente se percebeu que isso não ia ser um problema. E não foi, efectivamente não foi.*

Apesar de se ter verificado um **desgaste emocional acentuado** (“(...) *Agora, quer um quer outro já tivemos momentos de quase de perda do norte, eu nunca cheguei ao ponto de dizer quero é devolvê-lo...*”), foram referenciados como **recursos intra-familiares conjugais** a **coesão** e a **não desqualificação do cônjuge** (“*Nós geralmente ficamos do mesmo lado; (...) Normalmente se um está a dizer qualquer coisa, se está um a orientar aquilo é deixar seguir.*”).

Caso C1 e C2

<u>Casal C1/C2</u>			
Identificação	C1		C2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	37 anos		35 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Desconhecida*		
Número de filhos biológicos	1		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	6 anos
Ano de adoção	2006		

* No questionário sócio-demográfico o casal não mencionou a duração do casamento.

Este casal deparou-se com a **discrepância entre as informações fornecidas pelos relatórios provenientes da Instituição e a criança real** que receberam no seu seio familiar (“(...)havia uma grande diferença entre os relatórios e a realidade nomeadamente a competências sociais e cognitivas, há uma diferença grande do que estava escrito nos relatórios e no que na verdade se consegue fazer no dia a dia (...)”). A **Cr** C1/C2 revelou dificuldades ao nível do desenvolvimento linguístico (“Ele tinha um vocabulário muito pobre para uma criança de 3 anos”) e ao nível do comportamento sendo uma das estratégias para

lidar com estas situações a **desdramatização** (“(...)temos uma forma muito peculiar de lidar com isso que é nós nunca damos muita consideração aos choros e às birras e a nossa forma standard de reagir com as birras é: “Já acabou a birra?””; “Ele tinha um vocabulário muito pobre para uma criança de 3 anos, ele não sabia enunciar uma cenoura e uma batata mas também provavelmente pelas rotinas na Instituição, ele ia à cozinha (...) o que fazia com que tivesse um vocabulário mais pobre.”).

A Cr C1/C2 deparou-se com **dificuldades ao nível linguístico** (“(...) temos um filho com dificuldades de expressão da fala.”; “Ele tem dificuldade na linguagem.”).

As **práticas educativas** mais recorrentes foram a **explicação conjugada com reflexão** e a **negociação**, características de um **estilo autoritativo** (“Um bocadinho para negociar com ele a questão da televisão.”; “Reage dum forma muito emotiva mesmo que a gente explique o castigo.”; “Ou então ficar sentadinho quietinho a pensar naquilo que fez.”).

Verifica-se alguma **diferenciação de papéis parentais**, ainda que pautada pela **coesão** (“Nas coisas essenciais acho que em principio concordamos depois às vezes podemos não concordar em coisas práticas.”; “(...) somos sempre muito solidários um com o outro que é: “Se já tinhas perguntado à mãe não tinhas que vir perguntar a mim, disse que sim porque não sabia, por isso agora vais fazer aquilo que a mãe disse” ou vice-versa isso somos muito solidários depois obviamente temos maneiras diferentes de ver as coisas a minha esposa é mais preocupada com a questão das regras, das horas de deitar eu durante a semana também sou mas no fim-de-semana sou menos.”; “ Tentamos que, mesmo que não estejamos de acordo, tentamos sempre mostrar que sim, isso sim que seja impensável nesta dinâmica de família eles conseguirem fazer o jogo de colocar um pai contra o outro.”).

Além disso está patente a **desdramatização** no sentido de compreender que certas atitudes da Cr C1/C2 são típicas da idade (“(...) são miúdos e têm que fazer os disparates que todos nós já fizemos mas acho que não tem nada a ver com o facto de ser adoptado. Não

acentuando as diferenças entre filho biológico e filho adotivo.”).

Identificam, ainda, como **recursos intra-familiares** a **fratria** (“*O nosso filho mais velho aceitou muito bem o irmão e foi muito importante na integração da Cr C1/C2 .*”) bem como a **experiência prévia com crianças** (“*(...) nós até trabalhamos com crianças durante muitos anos e presumo que tivéssemos alguns recursos.*”).

Caso D1 e D2

<u>Casal D1/D2</u>			
Identificação	D1	D2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	44 anos	45 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	21 anos		
Número de filhos biológicos	1		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	9 anos
Ano de adoção	2006		

No que concerne a **dificuldades**, o casal D1/D2 menciona ter havido questões **comportamentais** de resolução pouco pacífica (“(...) era tudo “não”, se a gente queria ir para a direita ela queria ir para a esquerda, qualquer coisa era “não”, a gente vestia ela despia.”) tendo-se verificado um elevado desgaste emocional (“(...) eu tirava-lhe o pijama ela vestia o pijama, tirava-lhe o pijama ela vestia o pijama mas eu não estou a exagerar isto era assim quatro, cinco vezes e eu dizia: “Eu não aguento mais isto, eu estou desesperada”).

Surgiram **dificuldades antecipadas** que acabaram por não se verificar (*“Eu não pensava que fosse fácil mas o que eu esperava era outro tipo de dificuldades tipo falaram muito da família, terem saudades da família biológica e isso não aconteceu estava mais preparada se ela me viesse falar do passado e não aconteceu, acontece pontualmente.”*).

A **reacção da criança ao castigo** era frequentemente a **rejeição** (*“(…) infelizmente porque ela testa-nos ou as coisas são como ela quer ou então nada feito.”*) e portanto os **castigos** mais utilizados eram do tipo **físico** (*“(…) eu dizia que na situação x ou y enquanto não lhe deres uma palmada isso não se vai resolver”; “Não estávamos habituados a recorrer a palmadas para a mais velha e isso foi uma coisa muito complicada para nós principalmente”*) conjugados com **não físicos** (*“(…) não ver televisão também, deitar cedo funciona muito bem ir mais cedo para a cama funciona porque é o comparar com a irmã.”*).

As **dificuldades sentidas** depositaram **tensão na relação do casal** (*“Na nossa relação? Inicialmente ainda foi complicado, ainda gerou algum desconforto entre os dois mas como nós estamos à 21 anos casados, isso não quer dizer nada mas... e acho que teve que haver aqui sempre diálogo e temos que nos sentar e conversar sobre isto mas houve algumas discussões às vezes entre os dois.”*) tendo havido divergências causadas pela chegada da **Cr D1/D2** (*“D1 - Eu sou muito mais brando do que a minha esposa, depois diziam que tínhamos que nos impor, e eu tinha alguma dificuldade mas tem a ver com o meu feitio; D2 – E nós discutíamos às vezes e eu dizia-lhe: “Mas tens que fazer isso porque se não não vais conseguir, estou farta de te dizer, essas coisas assim”.*)

Para ultrapassar as situações geradoras de stress os pais adoptivos recorreram a **recursos extra-familiares** como o **acompanhamento pelo Serviço de Adopção** e por **técnicos especializados (psicólogos)** (*“(…) e nesse dia estivemos com as técnicas da Santa Casa a tentar arranjar solução e eu acho que aquele dia foi um dia marcante; Depois o acompanhamento técnico que tivemos foi excepcional; espectaculares estiveram sempre ali.*

*E elas foram excepcionais e sempre a gente precisava estavam ali.”; “ Nós tivemos a psicóloga do Centro que nos ajudou, conversávamos com ela estas coisas todas e ia-nos ajudando porque sozinhos também é difícil.”) mas também utilizaram **recursos intra-familiares individuais** como a **experiência prévia com criança** e a **profissão** (“(...)nós até já éramos pais, nós até trabalhámos com crianças durante muitos anos e presumo que tivéssemos alguns recursos.”).*

Caso E1 e E2

<u>Casal E1/E2</u>			
Identificação	E1	E2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	55 anos	47 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	16 anos		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adoptivos	1	Idade do filho adoptado	9 anos
Ano de adopção	2007		

Com a chegada da Cr_{E1/E2} teve que haver uma **Adaptação à nova condição de pais** em que estiveram implícitos alguns **ajustamentos nas rotinas do casal** (“(...) *há fundamentalmente parâmetros de vida distintos, nós fazíamos férias normalmente quando as pessoas não fazem, tínhamos uma liberdade absoluta relativamente aos tempos livres, eu gosto muito de fazer um conjunto de coisas que agora faço muito menos vezes porque tenho outras responsabilidades e a Isabel a mesma coisa, antes fazia coisas que hoje faz menos porque tem aquela responsabilidade acrescida*”) paralelamente estes **ajustamentos** não são percebidos de forma negativa já que o E1 **desdramatiza** o facto considerando-o natural

(“Não vemos isso como uma limitação ou diminuição vemos isso com naturalidade porque naturalmente as coisas são diferentes e como são diferentes, já sabíamos que iam ser diferentes para nós não é novidade este estádio.”). Assim houve uma **redefinição nas expectativas, responsabilidades e prioridades** *(“As responsabilidades são diferentes, as expectativas são diferentes discutimos muito o dia-a-dia dele os dois, e naturalmente que não há dia nenhum que nós não falemos sobre o nosso filho sem ele estar presente”)*.

O casal enfrentou o grande medo do seu filho em perder os pais (**Dificuldade emocional**) atribuindo-o ao facto de já ter perdido anteriormente a família biológica *(“Eu acho que ele vive um pouco mais intensamente do que as outras crianças o drama da perda, eu acho que ele vive permanentemente com o trauma de perder um de nós e isso marca-o muito. Ele muitas vezes diz que tem sonhos que tem medos e que acha que nós vamos morrer e ele vive muito esse medo da perda e nós dizemos-lhe que é natural que ele perca algum mas ele tem muita dificuldade.”)*. Depararam-se também com uma **dificuldade ao nível linguístico** *(“(…) tínhamos dificuldade em o compreender, não percebia metade do que ele dizia e ele tinha um défice linguístico que ainda se nota no dia-a-dia dele na escola e connosco (...) há ali um período que é muito visível de ausência de aprendizagem básica e que ele transporta e quando ele chegou ao pé de nós notava-se isso de uma forma muito forte e muito nítida.”)* reconhecendo que o seu filho tem **recursos individuais** que lhe permitem lidar positivamente com tais aspectos *(“naturalmente que ele tem uma grande vantagem muito grande, ele tem muita capacidade intelectual. É muito esperto, tem um raciocínio muito lógico e aprende muito depressa”)*.

Quando existia a necessidade de aplicar castigos a **reacção dos filhos** era a de **aceitação** *(“E ele interioriza muito bem o castigo, no a seguir não pede, pura e simplesmente afasta-se.”)*

Para colmatar as dificuldades sentidas os pais identificam **recursos individuais da criança**

(*“Tem muito sentido de humor, tem muita graça. É muito esperto e acima de tudo tem um raciocínio muito aritmético; É uma criança muito ternurenta, gosta muito dos pais, de estar ao colinho de estar aos beijinhos.”*) e **de si próprios enquanto pais** através da **transmissão de valores e princípios de vida** (*“Nós não queremos que ele seja o melhor do mundo e dizemos-lhe isto a ele não é? Dizemos muitas vezes que queremos que ele seja feliz, que seja sério, que seja honesto, que seja amigo dos amigos.”*; *“E! – E ele tem esses valores.”*) e do **diálogo com o filho** (*“Que é quase diário, à mesa quando estamos a jantar perguntamos: “Então o que é que aprendeste hoje?”; Conversamos o que é que ele aprendeu, o que é deus, como é que correu, o que é que fez, se fez depressa se fez devagar se teve dúvidas e portanto tentamos de alguma forma que ele também que fale sobre as coisas e que interiorize a necessidade de melhorar.”*).

Caso F1 e F2

<u>Casal F1/F2</u>			
Identificação	F1	F2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	44 anos	47 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Desconhecida*		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	2	Idade do filho adotado	11 e 6 anos
Ano de adoção	2000 e 2004		

* No questionário sócio-demográfico o casal não mencionou a duração do casamento.

As dificuldades enfrentadas pelo casal foram na **transição para a parentalidade** (“(...) eu senti uma grande dificuldade foi na minha adaptação a um novo estilo de vida.”; “(...) 9 anos de casal a fazer o que nós queríamos, à hora que queríamos, sair com quem queríamos, pronto...”), ao **nível do comportamento** (“ (...) ela tinha 5 anos quando a nossa segunda filha veio, e passado aí uns 2 anos, ela tinha uns 7/8, entrou numa onda de fazer disparates para chamar a atenção. Houve ali uma fase, uns meses largos, em que ela fazia

disparates sistematicamente para chamar à atenção. Via-se mesmo!”; “A pequena teve uma fase de muitas birras.”) e uma das formas encontrada pelo casal para fazer face a estas dificuldades era recorrer à desdramatização (“(...) por exemplo gozar com a birra. Nós por exemplo dizíamos que nós ou qualquer coisa, e ela começava a ensaiar uma birra e eu dizia: “ai vais fazer birra outra vez? Então até logo”. E ela aí já se começava a perceber e a rir-se dela própria.”).

As adopções tiveram segundo o casal um **impacto positivo nas suas vidas** (“*Acho que houve um impacto positivo. Obviamente que há coisas que nós não fazemos, mas não estou minimamente preocupado.*”).

Os pais sentiram **dificuldade em relação ao ambiente da Escola** da filha mais velha sendo na data da entrevista um foco de preocupação de ambos os pais (“*Em relação à segurança, até mesmo na escola e tudo. Em relação à mais velha agora tenho muito medo porque... (...) Há miúdos que levam facas, há miúdos que... Pronto, é esse tipo de coisas, em que ela se veja envolvida, mesmo sem querer, porque no meio de uma confusão, mesmo sem querer, tudo pode acontecer.*”) De forma complementar, sentiram que o **acompanhamento por parte do Serviço de Adopção** poderia ter sido mais eficaz e feito de forma mais próxima (“*(...) estarmos à espera, eu estava um bocado, não era desanimada, mas tanto tempo, não só sem a criança mas também sem uma noticia, sem o Serviço de Adopção dizer nada.*”).

Quando não se verifica o cumprimento das regras os pais recorrem a **castigos** do tipo **não físico** como a **interdição a material electrónico** (“*O aumento exponencial de tecnologia cá em casa, coincidiu com a descida das notas na escola (...) E agora alguns castigos passam por aqui. Não o jogo durante a semana, não fazer isto ou aquilo no computador...*”; “*Agora é o material electrónico. É retirar aquilo que elas mais gostam no momento não é?*”), e do tipo **físico** (“*É tal e qual como mandar uma palmada de vez em quando... Dói-me muito mais a mim, mas às vezes não há ali outra hipótese.*”).

A **reacção das filhas aos castigos** aplicados é de **aceitação** e **amuo** (“(...) se nós a castigamos, “agora não podes não sei quê”. Fica muito chateada na altura, mas é capaz de ir para o quarto e...”; “A mais velha amua mais,(...) amua bastante e fica muito ofendida e às vezes acha-se alvo de grandes injustiças.”; “(...) qualquer uma delas tem tendência a dar a volta por cima e a adaptar-se.”).

Verificam-se formas diferentes entre os cônjuges de **reagir a situações geradoras de stress** (“F2 - (...) dá castigos, diz: “amanhã éramos para ir não sei a onde, já não vamos!”, e fica muito furioso, com a voz muito alterada. Mas depois de arrefecer (...) é como se não se tivesse passado nada, e vamos na mesma ao sítio onde éramos para ir.”; “Às vezes erradamente digo “olha que eu não sou o teu pai”, “eu sei digo não faço, eu não faço mesmo!”, “(...) tu não te metas comigo porque eu passo-me poucas vezes mas quando me passo tu sabes que é a sério!”).

Como **recursos** encontrados temos **intra-familiares conjugais na partilha de tarefas** (“F1 - Mas há partilha de muitas tarefas. F2 – “Sim, partilhamos muitas tarefas.”), **recursos extra-familiares** como os **amigos e colegas de trabalho**, a **família alargada** e a **vizinhança** (“Mas falamos também com amigos.”; “(...) falando com alguns colegas (...) há alguns colegas que sabem da minha história (...) houve ali uma colaboração muito estreita, os colegas, estávamos a tratar de um determinado assunto que era urgente e tal, e houve ali uma união de esforços para me facilitarem até a vida, naqueles primeiros dias.”; “(...) falamos muito com o meu irmão e com a minha cunhada, porque o nosso sobrinho é colega de turma da nossa filha mais velha.”; “Toda a gente reagiu muito bem. Ainda hoje, o café em que nós almoçamos, antes de irmos para aqui, o senhor do café tem uma verdadeira paixão pelas minhas filhas.”).

Quando surgem **divergências parentais** os pais optam pelo **diálogo privado** (“Mas nunca discutimos as questões à frente delas.”).

Caso G1 e G2

<u>Casal G1/G2</u>			
Identificação	G1		G2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	43 anos		38 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	15 anos		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	4 anos
Ano de adoção	2007		

O casal deparou-se com dificuldades relacionadas com as características de personalidade e comportamento do seu filho (*“Essencialmente lidar com o argumentar do nosso filho que desde muito pequenino.”*; *“Mandou-me areia para as botas, sujou-me as calças, esperneou. E continuava “Mas eu quero, eu quero” e eu dizia-lhe: “Eu não posso até porque ainda de manhã te comprei uma bola, não pode ser!”*). Houve por parte da mãe

alguma **dificuldade de adaptação à parentalidade** verificando-se que, existiam **expectativas talvez demasiado elevadas** que influenciaram esta adaptação (“G2 - *É assim, na minha parte eu acho que é um bocado complicado, seja biológico ou seja adoptado uma pessoa idealiza um filho ideal, não é? (...) a gente acha que o filho vai ser tipo um génio e depois sai-me uma coisa assim mais reguila e foi assim um choque, pronto mas uma pessoa tem que ceder um bocado, tem que compreender que é o feitio dele, nós se calhar quando éramos pequenos também éramos assim só que não nos lembramos...*”; “*Por exemplo para dormir, ele acordava cedo, portanto eu tive baixa de maternidade, ele não teve direito, então eu via-me ali sozinha e fazer almoço e depois ele não podia estar ali no chão (...) era um bocado complicado porque eu estava muito cansada*”).

Os pais identificaram como **recursos intra-familiares individuais** a **profissão** e da **experiência com crianças** (“*É assim eu como sou educadora, é a estratégia que nós utilizamos com as nossas crianças. E normalmente funciona e quando ele se acalma.*”; “*Acho que também um bocado da experiência, de filhos, mas de afilhados, nós temos quatro afilhados e apanhámos de tudo.*”) e como **recursos extra-familiares** a **família alargada** e os **padrinhos do filho** (“*(...) os meus cunhados que são os padrinhos do João.*”).

Os **castigos** utilizados pelo casal são do tipo **não físico (ficar sentado a pensar)** e **físico** (“G1: *Às vezes até porque ele sabe que se está sentado e continua com birras eu digo-lhe: “Enquanto não acabares com a birra e não estiveres sossegado ficas aí”* G2: *vais-te sentar um bocadinho, pensas e depois vens falar connosco*”; “*Outras não vê televisão, não vê os bonecos. (...) Outras vezes tem que levar uma palmada.*”).

Quando o casal comunicou à **família alargada** a **decisão de adoptarem uma criança** o avô materno reagiu de forma negativa (“G2 - *Da parte do meu pai principalmente, quando nós dissemos que íamos adoptar independentemente de podermos ter filhos biológicos ou não, o meu pai rejeitou completamente.*”).

Nas situações em que surgem **divergências parentais** o casal tenta **dialogar em privado** e tenta **não desqualificar o cônjuge** (“G1- Não falamos à frente dele.”; “G2: Sim, só depois. Nós podemos não concordar com alguma coisa mas (...) às vezes por sinais damos a entender para ter calma e depois falamos mas mostrar à frente dele que estamos em desacordo não mostramos.”).

Caso H1 e H2

<u>Casal H1/H2</u>			
Identificação	H1		H2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	41 anos		41 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	11 anos (União de facto)		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	3 anos
Ano de adoção	2007		

O casal enfrentou uma **dificuldade que não tinha antecipado**, relacionada com o **comportamento** (“*Olhe inicialmente notávamos que ela era...se assustava terrivelmente com o envolvente.*”; “*Lembro-me que tinha um comboiozinho que andava mas dava-se corda (...) aquele ruído da corda e eu cheguei lá, sem saber quando dei com aquilo, bem ela deu um pulo ficou extremamente assustada e foi a correr para os braços da minha esposa...*”; “*H2 – Ela é um bocadinho “torta”*”; *H1 – Pede, pede, pede!* ; *H2 – Ela tem uma grande*

personalidade, “estica a corda” e você já está completamente louca.”).

O pai expressou várias questões relacionadas com a **adaptação à parentalidade**, avaliação de expectativas, receios e funções de um novo papel, o de ser pai, tão desafiante e complexo (“*H1 - É mesmo a valer, agora é mesmo a valer e acho que se faz assim uma revisitação muito rápida de todo um conjunto de receios e de...o que é que será que vai acontecer, será que vamos, que vou ser capaz de desempenhar o papel que se espera que eu próprio espero conseguir desempenhar? E vi que estava perante uma criança não é? Frágil, com imensas carências e necessidades e senti assim o... ”).*

O casal, face às dificuldades sentidas recorre habitual a **recursos extra-familiares** como **técnicos especializados (psicólogos, médico e educadora da filha)** (“*Nós temos alguns relatórios e...feitos por psicólogas, que afirmam justamente isso, que ela é uma pessoa muito interessada pelo meio... ”; “Falámos com uma tal Isabel, com a educadora da altura da creche... ”; “Falámos com a pediatra.”)* e **amigos com filhos** de idades próximas à da sua filha (“*(...) Temos alguns amigos com crianças desta idade e quase surgem...e surgem naturalmente conversas, trocamos experiências... ”).*

Ambos prezam muito a **partilha da parentalidade** e todas as funções que dela advêm (“*H2 - Não há aquela história do “eu faço e o pai ajuda”, o pai na qualidade de ajudante ou vice-versa, não.; E – Portanto, os dois brincam, os dois trabalham?; H2 – Sim. ; H2 - Não há aqui qualquer tipo de distinção.”).*

Os **castigos** usados pelo casal são do tipo **físico e não físico** (“*Uma palmadinha...pois, essa é que é verdade. ; E às vezes fica de castigo não é? De castigo no sentido de... pronto...de castigo fala aí...; H1 – Televisão, vai para o quarto...; H2 – Para mim volta e meia no limite dos limites, leva assim uma palmada...fico doente, fico mesmo.*).

Caso I1 e I2

<u>Casal I1/I2</u>			
Identificação	I1	I2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	50 anos	48 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Desconhecida*		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	4 anos
Ano de adoção	2007		

* No questionário sócio-demográfico o casal não mencionou a duração do casamento.

Casal demonstrou uma **percepção** positiva em relação a todo o processo de adaptação à parentalidade (“(...) fomos ver o nosso filho a uma instituição onde ele estava que era ... uma criança muito sossegada. Ficámos logo conectados, os três. Ele foi muito fácil, a adaptação dele foi facilíma. Tanto que ele estava para ir para nossa casa passados dois dias e foi logo no dia seguinte. Ficámos todos logo ligados e foi muito muito fácil a adaptação. ;

E houve logo assim uma empatia muito grande entre nós.”).

Perante as vicissitudes enfrentadas na **transição para a parentalidade**, o casal referiu que dois dos factores que mais os ajudou foram a sua religião e os valores e princípios de vida subjacentes (“(...) *nós também somos cristãos, somos evagélicos. E também baseamos um bocado a nossa conduta nessas bases . Essencialmente é isso.*”).

Um dos factores que mais tranquilizou os pais foi o facto de a criança ter chegado até eles com um **desenvolvimento perfeitamente normal**, consideram que os **cuidados prestados** pela **Instituição de Acolhimentos** não poderiam ter sido melhores (“ *Um crescimento normal tanto a nível físico e tudo de desenvolvimento, ele estava muito bem na instituição (...) Estava muito bem tratado (...) Estava muito bem tratado, não tinha qualquer tipo de carências.*”).

Caso J1 e J2

<u>Casal J1/J2</u>			
Identificação	J1	J2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	45 anos	42 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	14 anos		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	6 anos
Ano de adoção	2007		

A Cr J1/J2 apresentou algumas **características de personalidade** mais desafiantes (*“Ele trazia uma característica, já vem assinalada naquele projecto de apresentação, que era ser uma criança teimosa. Era teimosa teimosa teimosa!”*) porém, os pais consideram que se optarem pela **explicação** e **reflexão** que esta questão se contorna facilmente (*“Dá-se lhe muito bem a volta. Tem é de se explicar tudo, e conversar com ele. Assim à bruta nunca vai nada. Porque ele é realmente teimoso, mas ao mesmo tempo é bastante... Suficientemente inteligente para resolver as coisas muito bem. Mesmo com os pares, mesmo com os*

outros.”).

Os **recursos extra-familiares** que consideram mais adequados para gerir as situações quotidianas com que se deparam são os **amigos** (“(...) *também devido ao facto de “também tem a ver com o facto de conhecermos muitos casais.”*) e a **família alargada** (“ *Eu falo muito com a minha prima*).

Consideram muito importante, perante divergências parentais, **não desqualificar o cônjuge e dialogar em privado** (“*Mas eu acho que acabamos por coincidir porque acabamos por um puxa o outro; “(...) em frente dele não há assim... Tentamos não haver aquela coisa de um dizer que é assim e o outro dizer que é assado.”*).

Tanto **J1** como **J2** consideram que a **partilha da parentalidade** é muito importante explicando que, no que toca à **partilha de tarefas**, acabam por se complementar já que cada um faz com o filho as tarefas e actividades que mais gosta e que se dividem, assim, todas as responsabilidades (“*Há coisas, não é estar em desacordo, mas há coisas que eu detesto fazer e o meu esposo faz com todo o prazer. Por exemplo, ir ao cinema com ele, é verdade detesto ver um filme infantil, e ele vai com muita satisfação.”; “Dividimos muitas vezes essas coisas de acordo com as nossas preferências.”*).

Utilizam, quando necessário, **castigos não físicos** e a **reacção do filho** é a **aceitação** (“(...) *muitas vezes ele ficava de castigo e foi uma época em que ele interiorizou muito bem a questão da disciplina, ficava muitas vezes de castigo pronto... ficava ali 3 minutos no quarto a pensar se ia arrumar ou no que tinha feito.”*).

Existe também uma **diferenciação de papéis parentais** sendo a **experiência prévia com crianças** um factor que explica essa mesma diferença (“ *J1 - Nós concordamos no essencial.”; J1- Mas pronto cada um tem a sua maneira de lidar. Ela (a esposa) lida muito com crianças na escola e portanto tem assim uns esquemas mais elaborados.”; “J2 - Ele é mais o das brincadeiras. E eu, pronto tem mesmo a ver com a questão profissional, as regras*

são sempre sagradas. A firmeza, a coerência, são sempre pilares da educação toda, mesmo na sala de aula. Agora, os mimos também!”).

Caso L1 e L2

<u>Casal L1/L2</u>			
Identificação	L1		L2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	39 anos		42 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	15 anos		
Número de filhos biológicos	1		
Número de filhos adoptivos	1	Idade do filho adoptado	6 anos
Ano de adopção	2004		

As **dificuldades parentais** sentidas ao **nível comportamental**, os pais **atribuem ao período**, ainda que curto, de **Institucionalização** (“L1 - (...) não estávamos à espera que três meses de institucionalização fosse o suficiente para marcar tanto uma criança e ela de facto eu acho que foi mais ela que sentiu que nós porque efectivamente ela não queria dormir pelo facto de ela chorar, ela não queria dormir, ela começava a adormecer e passado um instante acordava sobressaltada (...).”; “Não podíamos chegar ao pé dela para lhe dar beijos que

ela tremia, não tinha cócegas, não ria.”; “(...) ela se agarrava com muita muita força às nossas mãos e não nos queria largar, naquela fase para adormecer era horrível(...).”).

A **Cr L1/L2** sofreu, pouco tempo depois de ter chegado a casa do casal, uma **doença** que levou a internamento hospitalar, motivo que gerou uma tensão elevada no casal (“*E obviamente estávamos a passar por aquilo e o que marcou mais foi o facto de ela ter que ficar hospitalizada, ficou quinze dias.*”; “*Teve que ser drenada e a própria situação quer para eles quer para os pais é um bocado mais desagradável, mais complicado.*”).

Os **recursos intra-familiares conjugais** mais usado é o **diálogo** e **extra-familiares** são os **amigos** (“*Falamos entre nós, eventualmente alguma ou outra situação pode ser com amigos.*”) e **técnicos especializados (professores e psicólogos)** (“*(...)e professores inclusivamente (...).*”; “*(...) a nossa filha aparenta ter alguma dificuldade na aprendizagem das letras e não é uma coisa que nós sozinhos possamos resolver e tivemos que ir à procura de ajuda qualificada (...) ainda estamos no processo de avaliação (...) porque dado a estar na infantil e tendo em conta a evolução nas outras áreas já devia estar mais avançada.*”).

Não se verificou uma **acentuação de diferenças entre o filho biológico e a filha adoptiva** (“*O nosso filho não é traquina ao ponto de sair do sítio e a nossa filha é, é identificada como uma criança traquina porque sai do sítio e ele se calhar é traquina no sítio quando está nas aulas não consegue estar quieto mas não quer dizer que não esteja atento e portanto, disseram-nos que poderíamos ver se havia alguma situação a despistar mas estava tudo normal.*”).

A **experiência obtida com o primeiro filho** serviu como um **recurso individual** que ajudou muito o casal a colmatar algumas situações que, de outra forma, se teriam tornado em dificuldade (“*De alguma coisa serviu a experiência de já termos um primeiro apesar de serem diferentes.*”). Porém a **aceitação por parte da família alargada** foi um factor que acabou por causar tensão já que não foi positiva (“*Pois por exemplo os avós, os avós*

maternos, a avó materna não disse nada o avô materno disse: “Eu de certeza que não vou gostar dela, não vou considerá-la como minha neta, neto é o Alexandre e não percebo porque é que ela vai buscar uma criança”, os avós paternos não disseram nada mas a avó paterna quando a viu pela primeira vez, agarrou nela e mediu-a toda da cabeça aos pés.”).

O casal acha que a sua filha tem uma **necessidade acentuada de aprovação** atribuindo ao facto de ser adoptada (“ (...) ela tem uma grande necessidade de aprovação mais do que o irmão.”; “Tem e nota-se perfeitamente e isso é capaz de ser inconsciente mas é capaz de ser por ser adoptada, não sei.”; “Ela tem uma grande necessidade de aprovação e assim como tem necessidade de medir a força com o pai também tem uma grande necessidade do pai a aprovar. E pode ser um bocadinho por ser adoptada. E gosta que o pai a elogie.”).

Existe uma clara **diferenciação de papéis parentais** (“L2 - O pai é muito mau, a mãe faz um bocadinho mais as vontades (...) não diria flexível é um bocadinho mais de dar mimos, o pai nem tanto.”; “L1 – (...) eu acho que a maneira de aplicar disciplina e de ser afectivo é que é capaz de ser diferente.; L2 – Acho que nós temos aquela figura do pai e da mãe, como aquelas figuras de antigamente, eu acho que nós somos um bocadinho assim. A mãe é mais os “dói-dóis”, mais os mimos.”).

Na sequência do incumprimento das regras os **castigos** aplicados são do tipo **não físico** (“L1 – Eu acho que não são assim regras, as nossas regras não são assim tantas quanto isso nem são assim tão complicadas, acho até fáceis e relativamente inatas e quando perguntam, no questionário, se são fáceis de mudar ou não se calhar não porque são um bocado inatas, não são nada de extraordinário diga-se de passagem; Por exemplo, à nossa filha o maior castigo que nós lhe podemos dar é dizer-lhe que não come fruta.”) e do tipo **físico** (“L2 – Olhe quando faz uma birra leva um “tau tau””).

Caso Singular M1

<u>Singular M1</u>			
Identificação		M1	
Sexo		Feminino	
Idade		51 anos	
Escolaridade		Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Solteira		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	9
Ano de adoção	2007		

A mãe verificou que a filha tinha uma **dificuldade** que se manifestava a **nível comportamental** (“A única coisa que ela tinha é que se escondia muito das pessoas. Por exemplo, ela tinha uma certa aversão ao sexo masculino e quando havia rapazes ou homens, metia-se da mesa e às vezes até ficava aflita, até quando tinha visitas fugia e escondia-se. Ela não queria ver ninguém, só me queria a mim e não queria mais ninguém.”) sendo uma

situação que causava alguma tensão à mãe (*“Então às vezes eu ficava muito aflita, portanto quando eu apresentava as pessoas a reacção dela era fugir ou enfiar-se debaixo da mesa mas já passou.”*); *“(…) mas nos primeiros tempos era complicado, ela não queria ver ninguém e fugia de toda a gente e reagia mesmo mal, parecia que tinha medo.”*).

A **estratégia** utilizada pela mãe **para gerir esta dificuldade** era a **desdramatização** (*“Bem, quer dizer, eu às vezes fingia que não ligava.”*), nesta fase um **recurso extra-familiar** importante para a **resolução da dificuldade** foi a **família alargada** (*“(…) ou às vezes até o marido da minha sobrinha é que tentava, como ele era rapaz, é que tentou a ver se...ia brincar com ela assim muito devagarinho e depois de um momento para o outro passou-lhe.”*).

A **Estratégia** mais recorrentemente usada para **cumprimento de regras** é a **explicação** (*“Às vezes tento explicar (...) ou seja eu não tenho que gritar, tenho que dizer uma vez, duas vezes e às vezes tenho que dizer um bocadinho mais alto mas não é aquela coisa de ralhar mesmo porque ela obedece”*) a **filha reage a esta estratégia** com algum **amuo** (*“Às vezes amua um bocadinho quando vai para o quarto assim com um ar amuado mas depois passa-lhe depressa, não é de ficar muito tempo zangada connosco.”*).

A mãe **antecipou** uma **dificuldade** que acabou por não se verificar (*“(…) porque as assistentes sociais preveniram-me muito para aquela situação de quando ela chegasse dissesse: “Tu não és minha mãe”. Estava à espera disso mas para já até agora nunca senti nada disso.”*).

Na rede social desta família existem poucas crianças da mesma idade do que a **Cr_{MI}** assim a mãe recorre às **amigas da escola** como um **recurso (pares)** (*“(…) são quase todos mais velhos então são as amigas da escola, por exemplo este domingo havia uma amiga que estava sozinha e que telefonou e ela foi lá brincar para casa da amiga, é minha vizinha, é ali ao pé. É o que a salva, são as amigas da escola se não coitada...”*

A mãe recorre, quando necessário, a **castigos não físicos** como não **ver televisão** conjuntamente com a **explicação-reflexão** à filha que na maior parte das vezes **aceita os castigos aplicados** (“Ficar um dia sem ver televisão...”; “E uma outra vez que ela respondeu mal à minha mãe, pronto repreendi um bocadinho mas falei com ela, disse-lhe: “Tu tens que tratar bem a avó, a avó é mais velha” e ela respondeu: “Ah mas a avó disse não sei o quê...” e eu respondi-lhe: “Mas não interessa, a avó é mais velha, o que tu não concordas tens que aceitar. Tens que respeitar a avó”. Então pronto, foi assim uma vez que falei com ela assim com um ar mais sério, uma conversa assim mais...E aquilo até lhe fez bem porque ela depois quando via a avó dava um abraçooo e a avó dizia-lhe: “Já chega” e ela “Não, não chega”. Ela sentiu que tinha feito mal.”).

Caso Singular N1

<u>N1</u>			
Identificação		N1	
Sexo		Feminino	
Idade		45 anos	
Escolaridade		Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Solteira		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	4 anos
Ano de adoção	2007		

O **processo de adoção** sentido como um **contínuo** e **percepcionado de forma muito positiva** (“*Dificuldades nunca senti nada porque este processo de adoção foi uma coisa que... enquanto estava na fase de selecção para ser adoptante percebia que estava num processo de adoção depois que fiquei com o bebé, depois fiquei com o meu filho e não me dá tempo sequer para pensar nisso.*”).

Quando necessário os **castigos** aplicados eram do **tipo não físico, retirando**

privilégios que a criança considerava importantes (*“Tentava várias soluções, explicava ou castigava-o tirando-lhe coisas que eu sei que ele gosta, não lhas dava para que ele se sentisse contrariado e cedesse à minha vontade.”*; *“Não ver televisão, não brincar com um brinquedo que ele mais aprecie, coisas assim do género.”*) e mãe assumia uma postura de **Firmeza** em relação ao **cumprimento das regras** (*“Tinha que ceder, tinha que ceder.”*). Por outro lado, a Cr_{N1} revelou, inicialmente, **resistência ao cumprimento das regras** o que resulta no agravamento do castigos aplicado (*“Resiste muito o que é pior para ele e para mim. Depois o castigo é pior, eu às vezes chego a pensar que eu sou cruel com o meu filho mas realmente ele não pode, não pode atirar com brinquedos, ele não pode dar pontapés nos gatos.”*). À data da entrevista esse tipo de reacção já era esporádico havendo **aceitação das regras** ou **castigos** por parte da Cr_{N1}.

Verificou-se também uma fase em que as **birras** eram **mais frequentes** (*“Na fase dos dois anos tinha muitas birras, muitas teimosias que todos eles têm, são fases de altos e baixos mas nada que eu diga: “Foi horrível”.*).

Caso O1 e O2

<u>Casal O1/O2</u>			
Identificação	O1	O2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	68 anos	47 anos	
Escolaridade	Desconhecido	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	18 anos		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	7 anos
Ano de adoção	2007		

O casal não sentiu que teve o devido **acompanhamento por parte do Serviço de Adopção** tendo havido uma **difícil adaptação à parentalidade** quando se depararam com problemas de comportamento por parte do filho (“(...) *nós não estamos minimamente preparados porque não nos dão preparação absolutamente nenhuma eu acho que é a grande lacuna do Serviço de Adopção é que não os prepara(...).*” ; “*Primeiro tentava-me bater e depois eram os gritos nessa altura foi difícil e foi aí que sentimos falta de apoio. Ainda me socorri do Serviço de Adopção mas não houve grande saída, quer dizer, é conversa e tal*

*aquelas coisas muito pouco palpável (...).”; “Ele achava que chegava aqui e que dispunha, deitava-se quando queria, levantava-se quando queria, ele fazia o que queria, mexia onde queria, não se queria deitar portanto estava deslumbrado com aquela visão portanto a imposição de regras foi muito difícil nessa altura.”). Por estes motivos, nesta fase, o casal recorreu a **castigos físicos** para a regulação de comportamentos do filho (“(...) principalmente nessa altura, eu várias vezes mais do que o meu marido tinha que lhe bater (...).”) sendo a **reação do filho rejeição e confronto físico** (“(...) porque ele batia-me inicialmente vinha direito a mim a correr de mão levantada e aos pontapés quando eu não lhe fazia as vontades(...).”) por sua vez, os pais resolveram esta situação recorrendo à **contradição** e a uma **postura de firmeza** (“(...) ir contrariando e fazendo ver e mostrando-lhe que as regras não eram essas até que as coisas foram a bom porto (...) hoje é um miúdo normalíssimo vai para a escola, cumpre as regras dentro do possível como todas as crianças.”). À data da entrevista o casal explica que o filho já não demonstra comportamentos agressivos (“(...) já não bate, já se retrai, já sabe que não pode fazer.”).*

As **práticas educativas** utilizadas pelos pais foi essencialmente a **negociação**, fazendo-se valer também da **profissão** e da **experiência prévia com crianças (recurso intra-individuais)** – (“Negociando e dizendo: “Nós não vamos ceder, nós não podemos ceder” e eu vejo um bocadinho pelo exemplo dos meus doentes, as crianças que são criadas pelos avós que lhes fazem as vontades todas, chegam à minha consulta e batem nos avós e fazem o que querem.”) o casal experienciou momentos de grande desgaste emocional mas sempre confiantes na resolução destas vicissitudes (“Na altura foi um bocadinho complicado mas nunca perdemos a esperança e pronto talvez a experiência que eu tinha em lidar com crianças talvez isso ajudou-me”).

A postura dos pais face ao **cumprimento das regras** sempre foi de **firmeza** (“Eu deixava-o gritar até ele se calar e fazia-lhe ver que estava mal e voltava a bater na mesma

tecla e eu dizia-lhe que não até que ele se cansou de gritar, quando ele se cansou começou então a perceber quais eram as regras que tinha que cumprir (...).”

Sentiram uma dificuldade acentuada de **adaptação dos pais à criança** e vice-versa, em todo o **processo inicial de transição para a parentalidade** (“(...) *porque houve ali momentos que estivemos desesperados porque era todos os dias choro, todos os dias guerra e depois ele queria impor a vontade dele e nós dissemos: “Vamos até ao fim” e depois a partir de certa altura desistiu.*”).

O casal sentiu, especificamente, **dificuldade** na **integração em meio escolar** (“(...) *adaptou-se muito bem mas foi difícil porque a dificuldade não foi adaptar-se à escola mas sim o medo de lá ficar e não o fossemos lá buscar (...)* Todos os dias me perguntava: “Pai vens-me buscar?” (...) Agarrava-se a mim de manhã: “Mas tu vens-me buscar mãe?” e eu respondia-lhe: “A mãe promete que te vem buscar a mãe não te deixa aqui.”) embora todo o processo de **integração social** tenha sido **muito positivo** ocorrendo de maneira natural (“(...) *mas foi só essa fase o resto lindamente com a família, com o neto do meu marido que tem a mesma idade que ele, escola, amigos tudo lindamente, lindamente, tem-se adaptado perfeitamente.*”).

Caso P1 e P2

<u>Casal P1/P2</u>			
Identificação	P1		P2
Sexo	Masculino		Feminino
Idade	52 anos		55 anos
Escolaridade	Ensino Superior		Ensino Superior
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Desconhecida*		
Número de filhos biológicos	1		
Número de filhos adoptivos	2	Idade do filho adoptado	6 e 10 anos
Ano de adopção	2004 e 2007		

* No questionário sócio-demográfico o casal não mencionou a duração do casamento.

Este casal adoptou duas crianças, tendo sentido com a primeira filha, alguma **dificuldade na transição para a parentalidade** (“(...) é que a minha condição de repente mudou nós fazíamos o que nos apetecia e de repente deixámos de poder fazer o que nos apetecia e eu tive alguma dificuldade em ultrapassar isso, acho que foi uma adaptação que foi difícil (...).”) e algum **receio** quanto à **criação do vínculo afectivo** (“Foi uma coisa de muito medo mas por um lado, não tanto que a nossa filha não gostasse de nós mas para mim era eu não conseguir gostar dela(...).”).

O casal destaca um **episódio pontual** (com a filha mais velha) mas que foi marcante para estes pais, assim recorreram a um **castigo físico** já que consideraram que era uma situação extrema (“(...) *ela fez a maior birra da vida(...)*”; “*Foi numa festa da escola, que era para se habituar e conhecer, e fez assim em público uma cena de histeria assim uma coisa daquelas de filme, a arranhar e a bater.*”; “(...) *Porque arranhou-me, bateu-me, foi uma coisa de grande violência mas era mesmo aquele tipo de definição de território.*”; “(...) *dei-lhe duas palmadas no rabo com muita força, ela parou de gritar e pronto.*”).

Como **recursos intra-familiares individuais** têm a **experiência com crianças** (“*Uma coisa que eu acho fundamental o facto de eu já ter tido um filho, aqui sim é fundamental (...) eu não tenho receio absolutamente nenhum de ralhar ou dar uma palmada (...).*”) e a **desdramatização** (“*PI- Não estava à espera de problema nenhum, só angústias normais dos pais, que já sabia que ia acontecer. Não tinha nenhuma fantasia terrível a propósito da adopção.*”).

Os **recursos extra-familiares** apontados são os **amigos com filhos adoptivos** (“*E também há uma coisa boa é que nós temos muitos amigos, temos uma boa rede de amigos (...) e os nossos amigos também não tiveram nenhuma dificuldade em adoptar as crianças, isso acho que é muito importante.*”).

A filha mais velha encontra-se agora a **entrar na pré-adolescência**, factor que causa, habitualmente, tensão no sistema familiar (“*(...) agora tem amigas que nós não conhecemos, não sabemos quem são nem elas nem os pais.*”; “*PI: (...) (a nossa filha) está a fugir ao nosso controlo a grande velocidade.*”; “*Agora é que estamos com problemas porque está em plena pré-adolescência.*”; “*(...) o estudo, enfim, vai mais ou menos, chega atrasada, faltou a umas disciplinas. Está com aquele comportamento típico de adolescente e com grande rebeldia, com 10 anos está a fazer tudo aquilo que os livros dizem que acontecerá aos 13, 14 e 15 anos.*”).

A filha revelou ter sido discriminada na Escola e a estratégia utilizada pela mãe foi a **desdramatização** (“*Ela queixou-se que na escola: “Disseram-me que eu era castanha” e eu dizia-lhe: “Mas tu és!” e ela dizia: “Mas chamaram-me Tânia castanha!” mas eu tento desdramatizar porque ela é castanha por isso não vão chamá-la de amarela mas há sempre algumas crianças que são...*”) realçando a **multiculturalidade** existente **na família** (“*P2 - Sou a estrangeira perfeita. Eu sou diferente e digo-lhe (à filha): “Olha eu também sou diferente, somos todos, neta família somos todos diferentes.”; “ (...) a minha mulher é judia, nasceu na argentina viveu em França, tem família em França e em vários lados, eu a minha mãe era espanhola e o meu pai era meio espanhol eu também sou espanhol (...) Mas isso facilita a desdramatização, a mim também me chamavam não sei o quê, nós de facto somos diferentes (...).*”).

Relativamente ao filho mais novo pode evidenciar-se **dificuldade** no que diz respeito à temática da **revelação da condição de adoptado**, para contornar esta dificuldade a **educadora** surgiu como um **recurso extra-familiar** que ajudou o casal a ultrapassarem esta questão (“*E. – Há bocadinho estavam a dizer que com o vosso filho tem sido diferente a questão da revelação porque ele é mais pequenino, e queria perceber um bocadinho melhor como se estavam a sentir em relação a isso.”; “P2 – Mal.”; “P1: Agora já passou, já lhe dissemos houve uma grande ajuda da escola, fizeram uma coisa que é o livro de vida, levou fotografias dele.”; “P2- (...) nós estávamos com muito resistência para fazer o livro de vida porque é desde a nascença portanto era preciso pôr a parte da instituição então a educadora disse: “Vocês têm que fazer o livro de vida, este fim-de-semana com o vosso filho põem fotografias que lhes deram e escrevem que ele esteve à espera, façam a sua história”, isso mudou muito para nós porque conseguimos falar com ele e porque ele tinha uma história para contar.”). Contrariamente, com a filha, como a idade no momento da adopção era mais avançada, não sentiram tanta dificuldade em abordar o tema (“*(...) fomos sempre falando**

abertamente da adoção, a Tânia lembra-se perfeitamente, nunca se esqueceu dessas coisas.”).

O casal opta pelo **diálogo privado** como forma de resolver as **divergências parentais** que vai surgindo no cotidiano (*“Quando estamos falando depois, tentamos falar quando não estão a ouvir (...).”*).

Caso Q1 e Q2

<u>Casal Q1/Q2</u>			
Identificação	Q1	Q2	
Sexo	Masculino	Feminino	
Idade	36 anos	37 anos	
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	13 anos		
Número de filhos biológicos	1		
Número de filhos adoptivos	1	Idade do filho adoptado	8 anos
Ano de adopção	2007		

Este casal adoptou um filho que não se encontrava institucionalizado mas sim numa **família de acolhimento**, este facto revelou-se um acréscimo de stress na medida em que, após a chegada da criança à nova família continuaram a realizar-se **visitas com a família de acolhimento** para que a transição de uma família para a outra fosse gradual (*“Eventualmente aquilo que me pode ter feito um bocadinho de confusão naquele primeiro mês, foi isso... principalmente porque ao fim de 3 dias de nos conhecer ele dormiu lá em casa mas depois de*

x em x tempo tínhamos que nos encontrar com a senhora para ele também não achar que eles tinham desaparecido e essas reuniões eram um bocadinho difíceis mas depois progressivamente as reuniões foram-se espaçando e depois no fim percebemos que também já não fazia sentido.”; “(...)a partir daí achei que passaram a responsabilidade para nós, sentimo-nos um bocadinho desacompanhados nessa altura, é verdade (pelo Serviço de Adopção).”).

Quando se **abordam as origens do filho** os pais fazem questão de lhe **explicar abertamente** a sua história, **desdramatizando a sua condição de adoptado** (“(...) Nunca senti nestas conversas em que lhe explico as origens dele, não me incomoda e não sinto diferença.”) e não são **acentuadas diferenças** entre o **filho adoptado** e a **filha biológica** do casal (“(...) eu tenho 2 filhos adoptivos, 1 por acaso também é meu filho biológico, é um mero acaso porque eu já nem pensava em ter um filho biológico e aconteceu e ainda bem porque gosto muito da minha filha mas a diferença é essa, em termos de processo é em tudo semelhante.”).

O casal explica que a única particularidade foi a **necessidade de adaptação mais rápida** à criança que chega (“(...) no caso da adopção temos que conhecer aquela criança muito mais rapidamente, com um filho que nasce temos mais tempo para nos habituarmos. O facto do nosso filho ter vindo com 2 anos e já se mexer, já correr, já fazer tudo faz alguma diferença, se ele fosse um bebé de colo havia tempo para conhecer a personalidade e etc. assim teve que ser tudo muito rápido.”).

O filho do casal demonstrou **dificuldades** ao **nível do desenvolvimento**, nomeadamente ao **nível da fala e do crescimento** (“(...) nós sabíamos que ele tinha um atraso de desenvolvimento para a idade dele e era uma preocupação que nós tínhamos (...) que se notava sobretudo ao nível da fala e no crescimento porque ele era muito baixinho para a idade que tinha, mexia-se como uma enguia mas era baixote.”).

Com a chegada da criança o casal sentiu-se muito **apoiado pela família e amigos** o que na sua opinião facilitou fortemente a **integração da criança** (“(...) *como casal foi muito importante, era um desejo que nós tínhamos, era uma decisão que tomámos e acontecesse o que acontecesse estávamos com aquele objectivo e depois penso que também todo o nosso suporte familiar, acho que foi muito importante porque era uma questão em que nos apoiavam e toda a gente gostava muito do João e acho que isso ajudou sem duvida.*”), um outro aspecto pertinente para todo o **processo de integração** foi a **coesão entre o casal** e todo o **apoio que deram um ao outro** (“*Q1 - Para mim o que me agradou muito foi a nossa partilha da parentalidade que é comum a tudo resto da nossa vida mas para mim o que mais me ajudou foste tu...e por outro lado também todo o nosso suporte familiar e de relações de amizade mais próxima que realmente nos foram ajudando, dizendo as coisas que achavam porque há pessoas que realmente estão muito próximas a muito presentes e que nos foram apoiando.*”).

Relativamente às **regras** impostas ao filho e no cumprimento das mesmas o casal revelou grande **coesão** nesta temática e conseqüentemente havia uma grande aceitação por parte da criança (“*Ele aceitava bastante bem as regras mas as regras são eram estabelecidas como ainda são hoje, são sempre estabelecidas por acordo nosso. Não há regras minhas nem regras tuas... a decisão é partilhada e agora também partilhada já com ele porque ele também já não aceita qualquer regra.*”).

Os pais tentam promover a **auto-regulação do filho**, através da **explicação**, da **reflexão**, indicadores de um **estilo parental autoritativo** (“*E o que eu tenho tentado é que ele expresse se lhe falta alguma coisa básica e que depois ele próprio tem que se ir controlando, por exemplo: “Se achas que estás cansado vais descansar”. Não tem sido fácil mas com ele tem sido assim. Claro que se perde muito tempo e paciência.*”).

Consideram também que é importante, quando surgem **divergências**, que estas **não**

sejam resolucionada à frente dos filhos (“ (...) e isso acontece tentamos é que isso não seja à frente deles.”) e que entre si, **não existem diferenças de estilos parentais** (“ Na relação com os filhos é engraçado que somos mesmo parecidos porque há casais em que um é mais permissivo outro não e connosco não.”); “Eu acho que uma coisa que nós aprendemos um com o outro e que é um grande trunfo nosso, é que quando não estamos a conseguir enfrentar com a situação mais vale sair de cena do que fazer asneira, e acho que isso é uma ferramenta que nós usamos muito os dois e quando acontece uma divergência nós não reagimos à frente do filho. Aconteceu uma divergência fala-se depois e parecendo que não isso faz-nos parecer como um todo, nunca nos deixamos cair na armadilha de falar sem ouvir o outro, quando eles pedem alguma coisa pergunta-se logo: “Já pediste à mãe?” e dizem que não e digo: “Então vamos lá falar com a mãe” e muitas vezes já falaram.).

Caso Singular R1

<u>R1</u>			
Identificação		R1	
Sexo		Feminino	
Idade		49 anos	
Escolaridade		Ensino Superior	
Informação sobre o casal			
Duração do casamento	Divorciada		
Número de filhos biológicos	0		
Número de filhos adotivos	1	Idade do filho adotado	9 anos
Ano de adoção	2007		

Esta adoptante singular adoptou uma criança com 6 anos que nos primeiros tempos após a sua chegada revelou algumas **questões relacionadas com o comportamento** e a **estratégia** utilizada foi a da **negociação** (“(...) quando lá chegámos, o meu filho resolve não sair...vinham todos contentes, a família toda, e o meu filho, quando viu aquela multidão, disse: “eu não saio, eu não saio!”, uma birra enorme.”; “(...) dificuldade muito grande que tive com o ele era lidar com as birras dele. No início, foi um bocadinho complicado. Comecei

*depois a utilizar a técnica da negociação e comecei a conhecê-lo melhor e a perceber quando é que ele tinha birras.”). A criança passou por fase de em que as birras eram muito frequentes sendo a forma com que a mãe lidava com essas birras era dando espaço à criança e, através do diálogo, promovia a reflexão no filho (“*RI - Deixo o meu filho ir até ao fim.; E – Dá-lhe espaço?; RI – Exactamente. Não fico logo ansiosa. Eu acho que as primeiras birras, provavelmente, provocavam-me alguma ansiedade. Então deixo ir aquilo até ao fim, até perceber e até tentar falar com ele: “porque é que estás assim? Explica à mãe”. E o meu filho aprendeu um bocado disso e ainda hoje faz muito isso. Explica-me: “oh mãe, eu estou a fazer isto porque...”. E eu explico: “então mas podes continuar a fazer, porque eu não vou ceder”.*”).*

Relativamente ao **acompanhamento prestado pelo Serviço de Adopção** a mãe não o avaliou como positivo ou de qualidade (“*E uma das coisas que eu acho é que as pessoas têm muito má relação com Serviço de Adopções...e com os técnicos. E eu acho que realmente, muitas vezes, nós nos sentimos avaliados como inimigos...*”).

Um dos recursos extra-familiares a que recorre a mãe são as **pessoas que também adoptaram crianças e amigos com filhos biológicos** com que tem a possibilidade de **partilhar experiências** (“*(...) por incrível que pareça, agora de repente conheço imensa gente que adoptou e partilhamos imensas experiências.*”; “*(...) tenho uma amiga minha que tem três filhos, que eu acho que são umas crianças fantásticas. É uma família muito organizada e então, muitos dias, por exemplo falava com ela, com essa minha amiga.*”). A mãe também baseia a sua conduta parental em **valores que lhe foram transmitidos pela sua própria mãe** (sendo um recurso intra-familiar individual) (“*(...) ia buscar até exemplos meus: a minha mãe, formas que a minha mãe tinha de lidar comigo...ia buscar outros padrões (...).*”).

Face ao **incumprimento de regras** a mãe assume uma **postura de firmeza** em

relação ao **castigo** aplicado e a **reacção do filho** é de **aceitação**. Por norma, os castigos aplicados são do tipo **não físico** (*“Aceita. No início, não aceitava muito bem, mas...houve sempre uma regra de base que é: não ceder. Às vezes, por exemplo, castigar...fazia muito uma coisa que era: quando ele começou a escrever, obrigava-o a escrever tipo assim vinte vezes, “vais para o teu quarto, escreves “não devo fazer isto” ou, por exemplo, “quando a minha mãe me chama, eu tenho de responder”, vais escrever vinte vezes!”*).